

Bruno Franco Medeiros

NOTA SOBRE UMA TRADIÇÃO SUBTERRÂNEA  
A HISTORIOGRAFIA SOBRE MINAS GERAIS  
NO SÉCULO XIX-1854-1913

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

BRUNO FRANCO MEDEIROS

NOTAS SOBRE UMA TRADIÇÃO SUBTERRÂNEA  
A HISTORIOGRAFIA SOBRE MINAS GERAIS  
NO SÉCULO XIX- 1854-1913

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Valdei Lopes de Araújo

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

À minha mãe,  
Adriane,  
Lauro  
e a meu pai.

Apesar da distância, algo nos une.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer àquelas pessoas e instituições que tornaram possível quatro anos de produção acadêmica. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, por ter apoiado financeiramente por três anos minha atuação como bolsista de iniciação científica. A Graça, da biblioteca, que permitiu que eu levasse livros de consulta e periódicos pra casa nos fins de semana e também pelo apreço sempre demonstrado. A Lucília, antes na seção de ensino, agora na portaria: sempre uma companhia muito agradável. À Meire, sempre disposta a atender (dentro do possível) aos favores institucionais requisitados. À Clélia, que eu sempre enchi o “saco”. A Gilcélia, que sempre me ajudou tanto no Departamento de História quanto no Departamento da Pós. Aos funcionários da Casa dos Contos e da Casa do Pilar.

A prof<sup>ª</sup> Helena Mollo, que me despertou o primeiro interesse em trabalhar com história da historiografia e por ter aceitado ser leitora crítica deste trabalho, além das conversas descompromissadas pelos corredores. Ao Álvaro Antunes, que desde o início acompanhou minha trajetória na Universidade. Ao prof<sup>º</sup> José Arnaldo por ter apoiado a idéia deste trabalho desde o início. Ao prof<sup>º</sup> Marco Antônio Silveira, também por ter aceito o convite para ser leitor crítico e por ter me mostrado o quanto a história de Minas no século XVIII é intrigante e ao Fábio Faversoni por ter me dado um apelido na Universidade que não será esquecido tão cedo.

Morei com algumas pessoas em Mariana e tenho o dever de lembrá-las nesse momento. Agradeço aos meninos da Orfanato por ter me abrigado quando cheguei em Mariana; ao seu Elógio por sempre lembrar de mim, à Amanda Hot por ter me aguentado durante um ano, sendo companhia inseparável. Agradeço à Flávia e à Suiani por terem proporcionado um lugar agradável pra viver. A Flávia sempre foi uma companhia inseparável e insuportável (mas eu gosto dela), e juntos, esperamos muito tempo angustiadamente pelo fim do curso e passamos por várias situações - uma companhia que eu levarei por muito tempo. Agradeço à Júlia, que me ajudou em vários momentos e com seu alto-astrol sempre motivou qualquer tipo de atitude que eu pudesse tomar.

Em especial gostaria de agradecer à Débora, Clarissa e Luara, que resolveram me abrigar “temporariamente” na casa delas - um temporário que acabou se tornando um definitivo. Definitivo é o meu carinho pela Luara, que apesar de ser uma “lady” em tratamento, eu gosto dela mesmo assim. Meu carinho também para a Débora: uh, uh, uh - sempre me apoiou nas decisões mais aventureiras. Agradeço à Clarissa, que teve muita paciência comigo nas últimas semanas ao me emprestar seu laptop para que eu pudesse finalizar este trabalho, pelo compartilhamento do gosto musical e pelo seu silêncio que diz muito. À Adelaide, “afeto em pelúcia”.

Um agradecimento especial também ao Clayton, que durante dois anos esteve sempre comigo. Companhia intelectual incomparável, ele suportou

meus níveis e desníveis de humor como ninguém nunca suportou. A ele devo muitos esclarecimentos sobre várias coisas. A ele devo muito do que sou hoje, e se, não estamos mais tão próximos, creio que o restou dessa convivência nunca será esquecido.

Devo agradecer imensamente ao Prof<sup>o</sup> Valdei Araújo, que durante quatro anos me orientou e se hoje eu sei o pouco que sei, devo a ele. Tenho que pedir desculpas por não ter retribuído como deveria toda a dedicação que ele devotou a mim. Sua trajetória intelectual sempre servirá de estímulo. Apesar de ter chegado a hora de ir embora, ele ainda vai ter que me aguentar por muito tempo.

Ao Daniel, pelo incentivo nos últimos dias e pelo início de uma coisa boa.

## RESUMO

Monografia de Bacharelado em História da Historiografia Brasileira que analisa a formação de uma tradição historiográfica subterrânea sobre a história de Minas Gerais durante o século XIX e a reconsideração dessa historiografia no início da República, quando esta perde o seu caráter subterrâneo para tornar-se oficial e legitimadora do novo regime político. Durante o século XIX, principalmente após a publicação da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, as histórias particulares foram suprimidas em prol desse modelo de história geral. O debate nascido junto com a fundação do IHGB em 1838 já mostrava a coexistência de dois projetos historiográficos para a interpretação do passado colonial brasileiro - uma historiografia que priorizou o geral em detrimento do particular e vice-versa. O modelo de história geral predominou desde a primeira metade do século XIX até as décadas de 1860-70. A partir daí, as transformações históricas efetuadas na compreensão e experiência do tempo atuam na reconfiguração da história nacional, num cenário onde as regionalidade das províncias do Brasil começam a ser repensadas.

## ABSTRACT

Final paper of Bachelor's degree in History of the Brazilian Historiography that works with the formation of an underground historiography tradition during the 19<sup>th</sup> century and the reconsideration of this historiography in the beginning of the Republic, when this historiography loses its underground character to become official and to legitimate the new political regime. During the 19<sup>th</sup> century, principally after the publication of the *General History of Brazil* of Varnhagen, the particulars histories were abolished on behalf of this model of general history. The discussion born together with the IHGB foundation in 1838 and it was already showing the coexistence of two historiographer projects for the interpretation of the colonial Brazilian past - a historiography that gave preference to the general in detriment of the

individual and *vice versa*. The model of the general history predominated since the first half of the 19<sup>th</sup> century until the decades of 1860-70. Since that, the historical transformations effectuated in the understanding and experiences of the time give activity to the reconfiguration of national history in scenery where the regionalism of the Brazil provinces begins to be rethought.



## SUMÁRIO

Introdução.....	1
0	
Capítulo 1:	
<i>Memória como esquecimento: o império da história geral.....</i>	21
Capítulo 2:	
<i>Reconsiderando o território: geografia e história na historiografia brasileira oitocentista.....</i>	38
Capítulo 3:	
<i>Memória como esquecimento: a historiografia sobre Minas Gerais no Império.....</i>	57
Capítulo 4:	
<i>Reconsiderando a história: a história de Minas como história do Brasil .....</i>	75
Conclusão.....	95
Bibliografia.....	98
Livros citados e/ou consultados .....	98
Artigos citados e /ou consultados .....	98
Fontes impressas .....	103

## INTRODUÇÃO

A motivação de estudar Minas Gerais surgiu de uma conversa, muito rápida aliás, com o Prof<sup>o</sup> Fábio Faversoni. Especialista em História Antiga, o prof<sup>o</sup> poderia ter tentado me “puxar” para o seu campo de estudos quando eu lhe falei dos meus interesses em estudar alguns conceitos relacionados a civilização, cultura e identidades. Porém, aconselhou-me a estudar esses conceitos a partir da história de Minas. Aluno de início da graduação, vislumbrado com a possibilidade de estudar essas referências, procurei alguns professores que pudesse me orientar. O departamento acabara de fazer um concurso para professor adjunto para a área de Metodologia da História e o Prof<sup>o</sup> Valdeci Araújo havia sido aprovado e assumido a vaga. Meio sem jeito, resolvi procura-lo e falar do meu interesse de trabalhar com esses temas. Vindo de uma defesa de tese de doutorado recentemente, defendida em 2003 no Departamento de Pós-Graduação em História Social da Cultura na PUC-Rio, com temática voltada para o conceito de história no Brasil no século XIX, o prof<sup>o</sup> Valdeci aceitou de prontidão a idéia de me orientar. Sugeri que eu procurasse algo nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Na biblioteca do ICHS existiam poucos exemplares da Revista do Instituto. Mas perto desses exemplares existia a coleção completa da primeira fase da Revista do Arquivo Público Mineiro. Decidimos então trabalhar com o Arquivo devido à facilidade de manuseio da documentação. Durante um ano, entre reuniões individuais e discussão de textos, o prof<sup>o</sup> Valdeci e eu montamos

um projeto de iniciação científica que foi enviado para concorrer à bolsa PROBIC/FAPEMIG, entre os anos de 2005 e 2006. O projeto tinha como objetivo estudar como a questão do território e da história do Brasil foi repensada com a criação do Arquivo Público Mineiro e como essa nova história do Brasil teria que passar pela reconsideração do Arquivo Público Mineiro. Percebemos o quanto o conceito de *nação* era bastante forte nessa nova história de Minas Gerais proposta a partir do projeto historiográfico do APM. A modesta conclusão deste trabalho pode ser vista a partir de agora.

Há muito já não é novidade dizer que o século XIX é o século da história: é justamente aí que ela se torna uma disciplina acadêmica dotada de um sentido sistemático e metódico, encarregada a historiadores de ofício. Elementos fundamentais contribuíram para essa transformação no campo histórico, a partir do momento em que a reordenação política e as grandes transformações enfrentadas pelos Estados Modernos europeus com a Revolução Francesa colocam em cena novas formas de experiência do tempo e um novo regime de historicidade. Antes, predominavam as formas estáticas de entendimento do tempo e o paralelismo didático do modelo de uma *História Mestra da Vida* e, as várias histórias particulares (história sagrada, história civil, histórias dinásticas etc.) supriam as necessidades de ordenação do passado. Com essa nova situação, a história passou a desdobrar-se dentro de uma configuração que Reinhart Koselleck denominou de singular coletivo:

as histórias particulares a partir desse momento faziam parte da história-em-si, e uma história entendida enquanto *processo*<sup>1</sup>.

Segundo Hans Ulrich Gumbrecht, ao analisar o processo de modernização do Ocidente, surgia por volta de 1800 o que o autor denominou de *Modernidade Epistemológica*<sup>2</sup>, tendo como uma de suas características principais a crise de representação levada ao extremo pela exacerbado conhecimento produzido por um observador de primeira ordem, que aparece no início da Modernidade por volta do século XVI. Uma das soluções encontradas para contornar essa crise seria a criação do cronótopo tempo histórico, ou seja: somente a partir do início do século XIX podemos perceber a experiência do tempo como um agente absoluto de mudança. Segundo Gumbrecht, “nenhum indivíduo, nenhum grupo, e nenhum momento ‘histórico’ tem condições de ser visto como uma repetição de seus predecessores”<sup>3</sup>.

Nesse século história torna-se um dos principais subsídios das nascentes nações, não só européias, mas também das antigas colônias americanas que, terminado os laços que as ligavam às antigas metrópoles, necessitaram traçar uma genealogia histórica, que podemos encarar como uma “mitologia das origens”, para a nova conformação trazida ao cenário político

---

<sup>1</sup>Reinhart Koselleck. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. François Hartog. *Regimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

<sup>2</sup> Hans Ulrich Gumbrecht. “Cascatas de Modernidade”. In: **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

<sup>3</sup> Op. Cit.p. 15.

pelos processos de independência<sup>4</sup>. Se a história - enquanto discurso organizador de possíveis passados - passa a servir de sustentáculo para as nações que surgem nesse contexto, podemos afirmar que as novas formas de ordenação da disciplina histórica assumidas em princípios do século XIX não podem ser entendidas separadamente de projetos políticos então vigentes<sup>5</sup>, principalmente se pensarmos que a construção de um passado nacional nutriu em determinado presente alguns projetos futuros: cultura histórica e cultura política nutriram-se mutuamente. *Devemos entender cultura histórica neste caso como o conjunto de significados que o passado assumiu para determinada sociedade em determinada época, bem como as formas de representação desse passado.*<sup>6</sup>

Atualmente, percebemos que os projetos políticos levados a cabo pelos Estados Nacionais desde o século XIX tornaram-se um fardo e uma grande questão a ser enfrentada pelos estudiosos das ciências humanas. A crise dos grandes paradigmas explicativos das sociedades na década de 1970 levou intelectuais a repensarem a questão nacional, bem como os estudos históricos empreendidos desde então tentam retirar do estudo do Estado e da Nação o estatuto sagrado que o envolvia .

---

<sup>4</sup> Sobre uma “mitologia das origens”, ver o recente trabalho de João Paulo Garrido Pimenta. “O 'mito das origens' nas historiografias argentina, uruguaia e brasileira: nação e território”. In: *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006. pp. 29-48.

<sup>5</sup> Manoel Luiz Salgado Guimarães. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: Sandra Jatahy Pesavento (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 12.

<sup>6</sup> Sobre a noção de cultura histórica Cf. Manoel Luiz Salgado Guimarães. Op. Cit. Também ver Astor Antônio Diehl. *Cultura historiográfica*. Memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.

<sup>7</sup> Podemos encarar como uma das primeiras reações a esse nacionalismo do século XIX e sua fixação em transformar tudo em “história” a reação das vanguardas européias em princípios do século XX,

Ao estudar os elementos constitutivos dos nacionalismos do passado e do presente, Benedict Anderson aponta para a necessidade de repensar o nacionalismo em um momento de crise na segunda metade do século XX. Deixado bem claro como definição de nação que esta é uma *comunidade imaginada*, e imaginada porque os membros componentes da nação “jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas (...), embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”, Anderson diz que a nação foi um artefato construído em fins do século XVIII a partir da “destilação espontânea de um ‘cruzamento’ complexo de forças históricas”, situada na fronteira entre o Antigo Regime e um novo regime inaugurado após a Revolução Francesa<sup>8</sup>.

Foi sobretudo com a crise dos nacionalismos na segunda metade do século XX que a Nação, enquanto entidade histórica, passou a ser estudada menos com os olhos de estudiosos preocupados em advogar os interesses nacionais do que aqueles preocupados em entender a sua complexa construção histórica. Para além das definições canônicas, estabelecidas através da afirmação de propostas oficiais instituídas a partir da sustentação do Estado Nacional criadas no século XIX, os últimos estudos tentam esgotar as possibilidades de conhecimento da formação dessas entidades históricas. Uma mirada de olhos para momentos anteriores à consolidação desses projetos

---

que pretendiam, numa acirrada oposição à cultura histórica desenvolvida no século anterior, quebrar as barreiras do teologismo histórico e pensar novas formas de agir no presente. Sobre isso, vale a pena conferir o texto de Hayden White. “O Fardo da História”. In: *Trópicos do discurso*. Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001. pp. 39-64. Ver também a seleção de ensaios de Walter Benjamin. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>8</sup> Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1993. p. 12-14. Ver também Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

nacionais, ou seja, para momentos decisivos de configuração da nação no século XIX, é fundamental na medida em que traz a lume algumas considerações importantes para o entendimento da criação desse fenômeno que foi a nação no século XIX.

Ao vislumbrarmos o processo de desenvolvimento do Estado Nacional no Brasil a partir da emancipação política em 1822, percebemos que uma determinada visão, reforçada em grande medida pela cultura histórica que aí se desenvolveu a partir da década de 1830, instaurou-se hegemonicamente com a consolidação do ideal romântico a partir do surgimento de dois empreendimentos durante o Império brasileiro: a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 e a publicação da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen em 1854. Segundo Valdei Lopes de Araújo, a partir da década do século XIX, surgiu no cenário intelectual brasileiro uma disputa por diferentes interpretações da história do Brasil, principalmente no que dizia respeito ao episódio da Independência. As diversas tradições políticas que conviviam simultaneamente neste período, marcado pela abdicação de D. Pedro I e as novas frentes de pensamento do Império do Brasil a partir desse acontecimento, procuravam reforçar suas posições neste cenário. A preocupação com o passado fazia parte destes esforços<sup>9</sup>.

A alusão ao IHGB e a Varnhagen não é meramente ilustrativa. Na década de 1980, em um texto sobre a cultura histórica no Brasil oitocentista, o

---

<sup>9</sup> Ver sobre isso a recente contribuição de Valdei Lopes de Araújo. “O sistema da história”. In: *A experiência do tempo; modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Pós Graduação em História da PUC-Rio em 2003, p. 12.

historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães enfatiza a proposta do IHGB como o lugar pioneiro que “viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada”<sup>10</sup>. A historiografia sobre a cultura histórica no Brasil durante o século XIX insistiu durante muito tempo em reconhecer nesses dois elementos a inauguração dessa cultura no Brasil, deixando à margem o nome e a obra de importantes autores tanto brasileiros quanto estrangeiros que se esforçaram na tentativa de sintetizar o passado colonial do Brasil a partir da publicação de obras importantes. Recebendo a alcunha de “Heródoto brasileiro”, o foco em Varnhagen como aquele que inaugura a historiografia no Brasil colaborou em grande parte para esse esquecimento. Ao que parece, o próprio Varnhagen contribuiu para isso, levando a cabo um grande controle sobre a produção historiográfica acerca da história do Brasil anterior e até mesmo contemporânea a ele, como veremos a seguir quando analisarmos a polêmica que envolveu o seu nome e o do general Abreu e Lima.

Percebemos um “giro historiográfico” a partir da década de 1970 que sinaliza a perda da hegemonia do IHGB e de Varnhagen como berços da cultura histórica oitocentista no Brasil. Em 1974, Maria Odila da Silva Dias publicou sua obra de apresentação do autor inglês Robert Southey ao público brasileiro. Em *O fardo do homem branco*, sub-intitulado *Southey, historiador*

---

<sup>10</sup> Cf. Manoel Luiz Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. pp. 5-27. Também José Honório Rodrigues. *História da História do Brasil*. São Paulo; Brasília: Editora Nacional; INL, 1979; *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: CEN, 1978. Arno Wehlin. ‘Historicismo e a Concepção de História nas Origens do IHGB’. In: *Origens do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989; *A Invenção da História*. Rio de Janeiro Niterói: Gama Filho/EDUFF, 1994. Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro, RIHGB, 156 (388), 459-613, jul.set, 1995.



*do Brasil*, Maria Odila pretendeu mostrar como a *History of Brazil* de Robert Southey representou “uma primeira sistematização das fontes sobre a história colonial brasileira e uma primeira interpretação peculiar das perspectivas que oferecia o Brasil para transformar-se em nação independente, na época da sua separação de Portugal”<sup>11</sup>.

No início da década de 1990, dois estudos importantes são publicados: *O Brasil não é longe daqui*, de Flora Sussekind, identifica como os relatos de viajantes do início do século XIX colaboram na constituição da figura do narrador brasileiro que surgiria nas décadas de 1830 e 1840, chamando atenção para o caráter pitoresco das descrições dos viajantes-naturalistas estrangeiros. Também Maria Helena Rouanet em *Eternamente em berço esplêndido*, estudou a colaboração intelectual de Ferdinand Denis para a historiografia literária brasileira, bem como o intercâmbio entre o autor francês e os intelectuais brasileiros no século XIX. Segundo a autora, a maior influência de Denis teria sido aquilo que ela denominou como o *Manual do perfeito viajante* - Denis teria estabelecido, mesmo que não intencionalmente, um tipo de comportamento intelectual de estudiosos estrangeiros com relação ao Brasil<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Cf. Maria Odila da Silva Dias. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 1. Também da mesma autora: *O Brasil na historiografia romântica inglesa*. Um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott. Anais do Museu Paulista. Tomo XXI. São Paulo, pp. 7-108, 1967. “Aspectos da Ilustração no Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 278, pp. 115-170, 1968.

<sup>12</sup> Flora Sussekind. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Maria Helena Rouanet. *Eternamente em berço esplêndido*. A fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

Mesmo não se tratando estritamente de uma historiografia que possamos chamar brasileira, Iris Kantor desenvolveu em recente trabalho um estudo sobre historiografia acadêmica luso-americana, a partir das Academias Ilustradas dos Esquecidos e Renascidos, sediadas na capitania da Bahia no século XVIII, como um primeiro esforço em território luso-americano de instituição dos estudos históricos<sup>13</sup>.

Recentemente, Manoel Luiz Salgado Guimarães estabeleceu uma lista do que o próprio autor chama de *textos de fundação* da historiografia brasileira<sup>14</sup>. O autor identifica como o primeiro desses textos o discurso do primeiro secretário perpétuo do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa no ato de fundação do Instituto<sup>15</sup>. Apesar de em texto anterior, evocar o IHGB como lugar de inauguração da cultura histórica no Brasil, Manoel Salgado retira de Varnhagen o lugar de destaque e de pioneiro na fundação de um texto historiográfico nessa disputa pelo passado do Brasil através da escrita da história.

Junto a esses trabalhos recentes que buscam uma compreensão da cultura histórica do Brasil no período histórico que antecede o apogeu do ideal romântico, e aqui identificamos esse apogeu com a publicação da *História*

---

<sup>13</sup> Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. Sobre a historiografia desenvolvida em Portugal no século XVIII ver o recente trabalho de Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003.

<sup>14</sup> Valdeci Lopes de Araújo já tinha chamado atenção para estes textos em sua tese de doutorado em 2003. Cf. Manoel Luiz Salgado Guimarães. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 93-122.

<sup>15</sup> O texto do Cônego Januário da Cunha Barbosa intitula-se: “Discurso no ato de estatuir-se o IHGB”, Revista do IHGB, Rio de Janeiro, (1), 9-18, 1839.

*Geral do Brasil* em 1854 que coincide quase cronologicamente com a consolidação do Império brasileiro em 1853 com o *tempo saquarema*<sup>16</sup>, surge também um crescente interesse dos historiadores sobre as supostas origens do Estado Nacional brasileiro, entendido como corpo autônomo de Portugal com a crise do Antigo Regime português em princípios do século XIX<sup>17</sup>.

Para Sérgio Buarque, em uma formulação célebre, no Brasil, as duas aspirações - da independência e da unidade - não surgem ao mesmo tempo e demoraram a se imiscuir. A partir das diversas dificuldades acarretadas pela distância entre colônia e metrópole, reforçadas pela diversidade de interesses locais dos habitantes da América Portuguesa e pelas dificuldades de comunicação, os habitantes da colônia começaram a sentir-se unidos por vínculos mais fortes em detrimento de qualquer motivo de dessemelhança entre eles<sup>18</sup>. Essa hipótese é reforçada pela onda contestatória ao Antigo Regime, que abalou os dois lados do Atlântico. Na América Portuguesa, tanto o ensaio de sedição na Bahia em 1798, quanto o da capitania de Minas Gerais em 1789 deram mostras dessa insatisfação<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Cf. Iomar Rohloff de Mattos. *O tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987. Valdeci Lopes de Araújo. Op.Cit.

<sup>17</sup> Sobre a noção de crise do Antigo Regime e as relações entre Brasil e Portugal ver o clássico de Fernando Antônio Novais. *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. As críticas recentes ao trabalho de Novais sustentam-se em torno da noção de *sistema colonial* em que o autor desenvolve sua análise.

<sup>18</sup> Sérgio Buarque de Holanda. "A herança colonial - sua desagregação". In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação*. Tomo II. 1º Volume. São Paulo: Difel, 1970. p. 9.

<sup>19</sup> István Jancsó. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec-Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996. Sobre uma historiografia acerca da Inconfidência Mineira, cf. João Pinto Furtado. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Kenneth Maxwell. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Durante o Império, a história desses movimentos foi sufocada, pois havia um interesse em abolir qualquer sombra de nativismo em prol da legitimidade da dinastia de Bragança na constituição do Império Brasileiro. A preocupação com essa legitimidade e a obsessão pela unidade necessariamente passou pela interpretação do passado brasileiro: que tipo de história se conformaria com esse tipo de legitimidade e de unidade? Ao que parece, o modelo de história geral serviu de conformação formal para a construção das narrativas nacionais em grande parte do século XIX.

No primeiro capítulo, dedicamos o espaço para discutir as possibilidades de constituição desse modelo de história geral no Brasil durante o século XIX. No segundo capítulo, discutimos como a relação entre história e geografia agiu profundamente na constituição do campo historiográfico brasileiro. No terceiro capítulo damos nota sobre a questão de uma memória enquanto esquecimento que agiu sobre a historiografia sobre Minas Gerais durante o Império. No quarto e último capítulo falamos da reconsideração da história sobre Minas Gerais com a criação do Arquivo Público Mineiro e como, no projeto historiográfico do Arquivo, a corografia assumiu uma grande importância para repensar a regionalidade de Minas Gerais nos primeiros anos da República.

## CAPÍTULO 1

### *I. Império do Brasil e o Império da História Geral*

No dia 12 de janeiro de 1825 foi publicada no *Diário Fluminense* uma ordem do Imperador D. Pedro I que encarregava José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, da produção de uma *História dos Sucessos do Brasil, dignos de memória*. Segundo o periódico, essa *História* deveria ater-se principalmente aos acontecimentos ocorridos “particularmente desde o dia 26 de fevereiro de 1821”. Esta data, importante no contexto de formação do Império do Brasil, representa uma incipiente revolta liberal no Rio de Janeiro, acompanhada paralelamente dos ecos inacabados do movimento vintista português. A Revolução Liberal do Porto colocava no cenário político a questão da soberania da nação<sup>20</sup>. A discussão em torno dessa soberania, se ela deveria ser refletida no povo ou na Coroa, levou a um embaraço político que, de certa forma, fez com que D. João VI retornasse a Portugal numa tentativa de abater o movimento e, ao mesmo tempo, assegurar o trono português à dinastia de Bragança.

Com o processo de Independência do Brasil, a questão da soberania também foi posta em evidente debate e sempre em constante renovação historiográfica. Vários autores, incluindo Alphonse de Beauchamp, Visconde de Cairu, John Armitage, Francisco Adolfo Varnhagen, Oliveira Lima e outros

---

<sup>20</sup> Sobre a Revolução do Porto em 1820 e a atuação dos deputados brasileiros nas Cortes portuguesas Cf. Márcia Regina Berbel. *A Nação como Artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas -1821-1822. São Paulo: Hucitec, 1999.

podem ser citados como aqueles que, de alguma forma, resolveram estabelecer um significado histórico para a Independência do Brasil através de suas narrativas. Tema presente em todas essas obras é a defesa da monarquia e da dinastia de Bragança como decisiva nos rumos do Império brasileiro.

A obra encomendada a Cairu, dotada de forte defesa da monarquia, reafirma o perfil dos intelectuais brasileiros durante o século XIX, perfil estritamente marcado por um tipo de “mecenas imperial”. Esse tipo de perfil intelectual seria reforçado após 1838, quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A tutela, a partir desse momento, se daria sob os auspícios de D. Pedro II, cuja atuação no Instituto era reforçada a cada seção na instituição fluminense por uma participação extremamente ativa. Dessa maneira, podemos compreender como grande parte das obras publicadas durante o Império brasileiro foi marcada por um forte cunho de defesa da monarquia.

*A História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada ao Senhor D. Pedro I*, do Visconde de Cairu, publicada em 1826, vem à luz num momento em que se acreditava ter consolidado o Império brasileiro, após os acontecimentos decorridos de 1822. Nesta obra, o Visconde de Cairu adiantava o que se tornaria uma regra na conformação formal da escrita da história do Brasil, ao dizer que a importância de uma História Geral de qualquer Estado Independente, é reconhecida em todo País Culto; e não menos é reconhecida a dificuldade desta espécie de Composição Literária,

que demanda grande vigor de espírito e corpo, longos anos de trabalho, e muitos subsídios de Monumentos Públicos. **Por isso tem sido raros os *Heródotos e Lívios***<sup>21</sup>.

Segundo Cairu, a formalização do passado dos Estados Independentes deveria seguir sua composição narrativa a partir de uma História Geral. Nos primeiros anos do Império do Brasil, a confecção das narrativas históricas do seu passado já nascia com a determinação do modelo de uma *história geral*. Essa situação tem uma justificativa ainda mais acirrada, tendo em vista os acontecimentos contemporâneos à Independência, como a Confederação do Equador em 1824, a Revolução Pernambucana em 1817 e o fantasma dos movimentos contestatórios do final do século XVIII na Bahia e em Minas Gerais<sup>22</sup>. Um ar de “federalismo/separatismo” pairava sobre a configuração do novo Império, e a necessidade de unidade, tanto territorial quanto política, passava pela preocupação com o passado colonial. Ao mesmo tempo, arregimentava-se a partir das províncias grande parte da documentação necessária para a escrita de uma história geral do Brasil<sup>23</sup>.

Em contraposição ao apreço pela unidade do Império, não havia uma unidade política, e a diversidade de interesses com relação aos rumos futuros do Império gerava uma diversidade de projetos políticos, bem como uma

---

<sup>21</sup> José da Silva Lisboa. *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, dedicada ao Senhor D. Pedro I. Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Nacional, 1826. p. 4-5.

<sup>22</sup> István Jancsó. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec-Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996. Sobre uma historiografia acerca da Inconfidência Mineira, cf. João Pinto Furtado. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Keneth Maxwell. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>23</sup> José da Silva Lisboa. Op.Cit.

diversidade de usos do passado colonial. Havia grupos políticos do Império, divididos entre não-separatistas - inimigos da Independência, vulgarmente chamados de pés-de-chumbo - e separatistas, adeptos da Independência e que podiam ser divididos em quatro grupos, segundo José Bonifácio: 1º) os *corcundas*, que desejam a separação, mas não a liberdade, pois quando pensam em uma organização política para o governo eles preferem as antigas formas de governabilidade; 2º) os *prognósticos*, ou *republicanos*, que, segundo José Bonifácio, à época da Independência era um “partido miserável e abandonado por todo o homem sensato”; 3º) os *monárquicos-constitucionalistas*, que miravam suas vistas na felicidade do Estado, que desejavam uma liberdade bem entendida e com estabilidade, um partido que formava a maioria da nação; 4º) os *federalistas* ou *bispos sem papa* ou *incompreensíveis*, que não queriam ser monárquicos-constitucionais, que não podiam ser corcundas e muito menos republicanos de uma só república. Seu desejo era representado a partir de um poder nominal e que cada província se tornasse uma pequena república, para poder exercer nelas seu poder absoluto<sup>24</sup>.

Segundo Roderick J. Barman, o insucesso do federalismo no Brasil, em contrapartida aos seus vizinhos das antigas colônias espanholas e dos Estados Unidos, se deu em grande medida pela interferência decisiva de três acontecimentos: a vinda da Corte portuguesa para o Brasil; a determinação da

---

<sup>24</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 9.



Corte fluminense de preservar sua posição hegemônica recém-adquirida a partir do primeiro acontecimento e pela incapacidade do Congresso de Lisboa em lidar com a questão brasileira<sup>25</sup>. Mesmo correndo o risco de incorrer, em nossa análise, numa causalidade teleológica, a vinda da Corte para o Brasil em 1808 parece determinar em grande medida a sensação de unidade que percorreu a configuração do Império brasileiro durante o século XIX. A partir da *interiorização da metrópole*<sup>26</sup>, e da instauração do centro de decisões do universo português no Rio de Janeiro, a proximidade dos súditos do lado de cá do Atlântico em relação ao centro de decisões desse universo permitiu uma situação há muito tempo desejada, o que possibilitou pensar a Independência do Brasil muito mais em termos de uma continuidade do que como ruptura em relação a uma situação histórica anterior a esse momento.

A importância do Rio de Janeiro a partir desse momento também levou não só ao acirramento centralizador durante o Império, como também se constituiu a partir desse centro de decisões uma noção oficial da historiografia sobre o passado colonial brasileiro. Essa importância justifica-se a partir de um recuo anterior a 1808, situado na segunda metade do século XVIII. A partir da transferência da capital do vice-reino do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, esta cidade adquire uma importância central na configuração política no interior dos interesses políticos da América Portuguesa. Sua proximidade em relação à região mineradora da capitania de Minas Gerais, e

---

<sup>25</sup> Roderick J. Barman. Cit. in. Op. Cit. p. 12.

<sup>26</sup> Maria Odila da Silva Dias. “A interiorização da Metrópole”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1822.

posteriormente, a grande significação do vale do Paraíba com sua forte economia agrária e escravista fez do Rio de Janeiro um lugar de destaque no âmbito político<sup>27</sup>. Apesar das elites instaladas no Rio de Janeiro e sua posterior insistência em projetar nessa cidade o centro de convergência do Império Português, a concorrência de interesses localizados, historicamente construídos, espalhados pelo país colocam em xeque a tentativa das versões oficiais que tentaram demonstrar quão eficaz e vitoriosa foi a manutenção de uma unidade de pensamento político no Brasil durante o século XIX.

Com relação aos interesses federalistas no interior do processo de Independência e de consolidação do Império brasileiro, o historiador Evaldo Cabral de Mello chama a atenção para o pronunciamento de Silvestre Pinheiro Ferreira em 1821, no qual ele dizia ser geral a aspiração das províncias à autonomia política ao mesmo tempo em que esta situação não significava um interesse de abolição de um centro representativo<sup>28</sup>, desde que este centro de poder resguardasse os interesses locais que só diriam respeito às províncias. Silvestre Pinheiro nasceu e morreu em Lisboa. Sua trajetória política e intelectual acabou se confundindo em partes com o processo de Independência do Brasil. Veio para o Brasil junto com a Corte portuguesa e viveu no Rio de 1810 a 1821, onde escreveu grande parte de sua obra.

---

<sup>27</sup> Andréa Slemian. Vida política em tempo de crise. Rio de Janeiro: 1808-1824. São Paulo: Hucitec, 2006. FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

<sup>28</sup> Evaldo Cabral de Mello. Op. Cit. p. 13.

Apesar dessa opinião de Silvestre Pinheiro, Evaldo Cabral diz que, se havia um interesse de autonomia em âmbito provincial, apenas a Bahia e Pernambuco tinham condições de articulá-lo efetivamente, em grande parte sustentada por suas respectivas posições na economia de exportação e à balança de suas alfândegas. Porém, o autor alerta para o enfraquecimento da autonomia federalista baiana devido à forte ocupação portuguesa que reforçou em grande medida a corrente imperial entre o comércio de Salvador e o Recôncavo. Já em Pernambuco, o federalismo se constituiu como intensa sensibilidade política, onde, segundo o próprio autor, “o liberalismo aliara-se à idéia de auto-governo até mesmo entre os partidários de D. Pedro e, no limite, coloria-se de republicanismo”<sup>29</sup>. Ao que parece, pelo menos hipoteticamente, o federalismo em Minas Gerais se mostrou nesse período um pouco acuado, sem sombra de dúvidas devido ao temor ainda presente após as consequências do ensaio de sedição de 1789.

Como representação dos interesses do Sudeste do país, o projeto de negociação do Império terminou por privilegiar a unidade em detrimento do federalismo. Essa tensão entre unidade e federalismo se deu em Pernambuco de forma que a primeira proposição vencesse. Em grande medida, a esmagadora força política presente no centro de decisões, ou seja, no Rio de Janeiro, cuidava de sufocar os interesses regionais de emancipação das províncias buscando no passado colonial e na tradição dos cronistas coloniais a justificativa eminente de que “o Brasil preexistia às províncias”, como

---

<sup>29</sup> Idem.

publicou *O Tamoio*, periódico andradista. Essa concepção também foi formulada por estadistas portugueses setecentistas, quando diziam da vocação da América portuguesa em constituir-se em um vasto Império<sup>30</sup>. Ao analisar o processo de formação das nações ibero-americanas, François-Xavier Guerra nos diz que um dos elementos ordenadores das nascentes nações no século XIX foi imaginar uma unidade historicamente constituída nas origens da nação, uma nacionalidade nata, que guiou os projetos políticos no momento de definição desses novos sujeitos históricos que foram os Estados Nacionais no século XIX. João Paulo Pimenta também chamou a atenção para uma espécie de *mitologia das origens*, sobre a qual repousou o fio condutor das narrativas nacionais no século XIX na região Cisplatina e no Brasil, coroada com a publicação da *História Geral do Brasil* de Varnhagen<sup>31</sup>. Analisando a crise dos Estados Nacionais no século XX, Benedict Anderson propõe uma compreensão mais crítica com relação ao nacionalismo do que uma versão mais ufanista que marcou os estudos sobre a Nação desde o seu surgimento. Propondo uma categoria para a nação como uma “comunidade imaginada”, Anderson diz que a nação é “imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um

---

<sup>30</sup> Idem, p. 13-4.

<sup>31</sup> François-Xavier. “Las mutaciones de la identidad en la América Hispánica”. In: François-Xavier Guerra y Antonio Annino (coord). *Inventando la nación*. Iberoamérica. Siglo XX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 186-7; João Paulo Garrido Pimenta. “O mito das origens”. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

esteja viva a imagem de sua comunhão”<sup>32</sup>. Em termos historiográficos, podemos perceber que o modelo da história geral justifica em grande parte essa concepção universalista que a nação, enquanto legitimadora de um discurso soberano, requeria para si no século XIX. Ao que parece, a história geral justifica a noção de Império.

Reforçaram essa concepção dois historiadores estrangeiros no início do século XIX - Robert Southey, autor celebrado no cânone da historiografia brasileira durante o século XIX, e Alphonse de Beauchamp. O primeiro de três volumes da *History of Brazil* de Southey foi publicada em 1810. Neste momento, as condições de separação entre Portugal e Brasil ainda não estão estabelecidas inteiramente. Porém, observamos uma progressiva autonomia do Brasil com relação a Portugal nas palavras que abrem o primeiro volume da *History*:

The *History of Brasil* is less beautiful than that of the mother country, and less splendid than that of Portuguese in Ásia; but it is not less important than either...Discovered by chance, it is by individual industry and enterprise, and by operation of common laws of nature and society, **that this empire has risen and flourished, extensive as it now is, and mighty as it must one day become**<sup>33</sup>.

Nas penas do autor francês Alphonse de Beauchamp, assim foi percebido o Brasil quando publicou sua *Histoire du Brésil* em 1815:

---

<sup>32</sup> Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, ...£ p. 14.

<sup>33</sup> Robert Southey. Apud in. José da Silva Lisboa. Op. Cit.

Les expéditions maritimes et l'histoire des établissemens des Portugais dans l'Inde rappellent leur ancienne gloire; mais ce grand et bel épisode de leurs annales remet aussi sous les yeux le triste tableau de la decadence de leur puissance et de leur monarchie. Un plus vif intérêt accompagne l'histoire de l'origine des vicissitudes, des progrès de leurs établissemens au Brésil, de la fondation et du développement prodigieux de ce nouvel empire de l'hémisphère austral, aujourd'hui le siège de la puissance portugais ressuscitée et le center de son commerce et de ses richesses <sup>34</sup>.

Retornando à questão do debate federalista no contexto de definição do Império Brasileiro, Evaldo Cabral de Mello chama a atenção para a imprecisão do termo *federalismo* nesse período. Segundo o autor, o termo federação era às vezes considerado como sinônimo de confederação e por vezes tomado como república e democracia, num intuito provocativo, como forma de confundi-lo com governo popular. Claro é que, tomando como referência este último significado, a confusão desse significado do termo se dá a partir das implicações que a Revolução Francesa trouxe para o entendimento do que seria república e democracia após seu surgimento no continente europeu. As consequências devastadoras da Revolução eram temidas em países conservadores e de catolicismo enraizado como os países ibéricos.

Para Evaldo Cabral de Mello, em seu sentido original, o conceito *federalismo* pode ser tomado em duas condições. Em seu sentido original, ele é a reunião de unidades políticas autónomas que visa sua condição de

---

<sup>34</sup> BEAUCHAMP, M. Alphonse de. **Histoire du Brésil**. Depuis sa découverte en 1500 jusq'en 1810. Paris: Librairie d'Éducation et de Jurisprudence D'Alexis Eymery. 1815. p. V.

existência como uma forma de defesa em relação a uma entidade maior, e, portanto, sujeita a um crivo centralizador. Em partes, essa noção de federalismo se aplica às condições em que ocorreu a Independência das Treze Colônias Americanas contra o Imperialismo britânico em 1776. Devemos lembrar que a Independência das Treze colônias americanas não pode ser tomada como um exemplo direto para os movimentos contestatórios que abalaram os impérios ibéricos em fins do século XIX, principalmente se levarmos em consideração o que nos diz Hannah Arendt, quando afirma que a revolução das Treze Colônias veio antes da revolução, ou seja, o que permitiu a Independência das Treze Colônias foi justamente o tipo de sociedade que aí havia surgido desde os primeiros anos de colonização das possessões inglesas na América<sup>35</sup>. Uma segunda significação do conceito *federalismo* pode ser justamente percebida através da “transformação de um Estado unitário preexistente em Estado federal. Foi esse o caso do Brasil”<sup>36</sup>.

Evaldo Cabral de Mello nos diz que o cunho separatista existente em Pernambuco entre 1817 e 1824 perdurará durante o Primeiro e o Segundo Reinado, ao passo que a historiografia sobre o período reivindicaria para os conservadores do Rio de Janeiro a qualidade de *construtores da nacionalidade*. Nesta mesma passagem, o autor lembra o que disse Frei Caneca no teatro desses acontecimentos - o Brasil estava independente, mas

---

<sup>35</sup> Hannah Arendt. *On revolution...*

<sup>36</sup> Evaldo Cabral de Mello. Op. Cit. p. 14-5.

<sup>37</sup> Percebe-se aqui uma crítica de Evaldo Cabral de Mello ao historiador Ilmar Rohloff de Mattos, que defende a tese da construção da nação brasileira a partir do domínio saquarema no Rio de Janeiro.

não estava constituído<sup>38</sup>. Bem mais tarde, Sérgio Buarque de Holanda, em um texto célebre, repetiria a mesma fórmula, dizendo que “no Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade - não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não combinam de mãos dadas”<sup>39</sup>.

De certa forma, essa análise de Sérgio Buarque nos mostra o quanto o processo de centralização do Estado Imperial era investido de um cunho extremamente moderno. Moderno se pensarmos na superação da fragmentação do período colonial em vista do movimento centralizador do século XIX. Porém, se afirmamos que essa centralização representou um passo de modernização no sentido político brasileiro, temos que levar em consideração que a sociedade colonial era multifacetada e dotada de poderes locais historicamente fortalecidos. É justamente com o crivo centralizador do Império que, em partes, essa herança colonial sofre sua desagregação.

Deveríamos pensar também na negação da hegemonia centralizadora do Estado Imperial brasileiro em termos de um Império negociado, conforme estudo recente de Míriam Dolhnikoff, através do qual a autora demonstra uma negociação entre governo provincial e imperial durante o século XIX. As características dessa negociação podem ser encaradas menos como uma neutralização dos poderes localizados nas províncias em detrimento da centralização e mais como a implementação de um arranjo institucional, no

---

<sup>38</sup> Idem, p. 19.

<sup>39</sup> Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial - sua desagregação”. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico Tomo II. O processo de Emancipação. 1º Volume. São Paulo: Difel, 1970. p. 9.



interior do qual as províncias resguardavam determinado grau de autonomia ao mesmo tempo em que garantiam sua representação no governo central através de sua inserção na Câmara dos Deputados. Tendo em vista essa situação, percebemos que no processo de Construção do Estado Imperial houve uma grande participação das províncias nas decisões políticas<sup>40</sup>.

Segundo Dolhnikoff, havia dois projetos concorrentes que ocuparam o centro do debate político na primeira metade do século XIX: o primeiro seria o projeto vencedor após a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 que teria como prerrogativa principal a defesa da federação. De certa maneira, essa hipótese é reforçada se pensarmos na reconfiguração do Império brasileiro a partir desse momento. Se autores como o Visconde de Cairu projetavam em grande medida a manutenção do Império nos primeiros anos pós-Independência na figura de D. Pedro I, a partir de sua abdicação abre-se um novo campo de discussão acerca dos novos rumos a serem tomados. Em grande parte, o poder localizado das províncias entrou no jogo das negociações. O segundo projeto, que se contrapunha em grande medida ao primeiro, seria a implementação de um arranjo político a partir das reformas liberais da década de 1830, em especial o Ato Adicional de 1834.

Ao analisar *as peças de um mosaico*, que se constituíram no interior da América Portuguesa, ou seja, homens que organizaram dentro de seus grupos e comunidades projetos de passado e futuro diferenciados entre si, István

---

<sup>40</sup> Míriam Dolhnikoff. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005. p. 14.

Jancsó e João Paulo Pimenta chamam a atenção para uma situação de fragmentação no interior da crise gerado no Brasil no início do século XIX. Os autores nos levam a perceber a situação de provisoriedade existente na crise do Antigo Regime, reclamando para esse momento o período de emergência dos Estados nacionais latino-americanos. Segundo os autores, para os homens que vivenciaram a dissolução do império português na América, essa crise não se deu de modo uniforme, sendo que dos diferentes pontos de vista nasceram diferentes concepções de Estado, elegendo cada qual elementos para a transformação de comunidades em nação. Levando em consideração o que foi dito logo acima,

nunca se deve esquecer que a provisoriedade característica do período traduziu-se na coexistência não apenas de idéias relativas ao *Estado*, mas também à *nação* e às correspondentes identidades políticas coletivas, eventualmente reveladoras de tendências à harmonização entre si ou, quando não, expressando irreduzibilidades portadoras de alto potencial de conflito.<sup>41</sup>

Ao vislumbrarmos o processo de desenvolvimento do Estado Nacional no Brasil a partir da emancipação política em 1822 percebemos que uma determinada visão, reforçada em grande medida pela cultura histórica que aí se desenvolveu a partir da década de 1830, instaurou-se hegemonicamente com a consolidação do ideal romântico a partir do surgimento de dois empreendimentos durante o Império brasileiro: a criação do Instituto Histórico

---

<sup>41</sup> István Jancsó & João Paulo Garrido Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. p. 136.

e Geográfico Brasileiro em 1838 e a publicação da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen em 1854. Segundo Valdeci Lopes de Araújo, a partir da década de 1830 do século XIX, surgiu no cenário intelectual brasileiro uma disputa por diferentes interpretações da história do Brasil, principalmente no que dizia respeito ao episódio da Independência. As diversas tradições políticas que conviviam simultaneamente neste período, marcado pela abdicação de D. Pedro I e as novas frentes de pensamento do Império do Brasil a partir desse acontecimento, procuravam reforçar suas posições neste cenário. A preocupação com o passado fazia parte destes esforços<sup>42</sup>.

O debate feito até aqui tem mostrado como houve um embate entre a questão da centralização política durante o Império e o entrave a essa obsessão pela ameaça de fragmentação do território e a possível autonomização das províncias. O poder imperial, através de um forte esquema de proteção da unidade, conseguiu manter a proposta de unidade territorial, mas, em partes, a unidade política ficou um pouco comprometida, devido aos grandes interesses localizados nas províncias. A partir de um Império negociado, conseguiu-se, após a década de 1840, data que marca o Golpe da Maioridade e o fim da revolta dos Farrapos no Rio Grande do Sul, um grande período de estabilidade política e administrativa. Basicamente, essa década encerra dentro de suas

---

<sup>42</sup> Ver sobre isso a recente contribuição de Valdeci Lopes de Araújo. “O sistema da história”. In: *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Pós Graduação em História da PUC-Rio em 2003, p. 12. Essa hipótese reforça as idéias propostas por Miriam Dolhinikof. Cf. p. 11 acima.

fronteiras temporais a consolidação do romantismo historiográfico e literário, que alcançaria seu ápice em 1854 com a publicação da *História Geral do Brasil* de Varnhagen.

A consolidação do romantismo historiográfico edifica-se sobre um padrão universal, em detrimento do particularismo das províncias. A constituição de um “centro de peregrinação” no Rio de Janeiro reforçou em grande medida a configuração do Império brasileiro como unidade intocável, apesar de sabermos que é necessário uma visão crítica sobre essa hipótese. Paralelamente a uma versão oficial da historiografia brasileira nesse período, que reforçava a idéia de uma *história geral* do Brasil, existiu uma grande quantidade de obras sobre as histórias particulares das províncias, que tiveram seu caráter de oficialidade retirado justamente pelo crivo centralizador do Império. Dessa forma, acabou-se criando o que poderíamos chamar de uma *tradição subterrânea* sobre a história das províncias. No caso de Minas Gerais, várias foram as obras publicadas durante o século XIX, seja por autores mineiros seja por autores outros, o que demonstra a força dessa *tradição subterrânea*.

A partir de um trabalho intenso de levantamento de memória do passado colonial, a historiografia oficial brasileira cuidava da manutenção de uma memória nacional que privilegiasse alguns heróis nacionais, monumentos e etc, que, de alguma forma, deram o tom da formação da nacionalidade brasileira. Mas, se a memória é feita de lembranças, devemos deixar claro que

ela também é feita de esquecimento. É justamente disso que falaremos a seguir.

## CAPÍTULO 2

### *Reconsiderando o território: geografia e história na historiografia brasileira oitocentista*

#### *I. A Geografia e o nascimento das ciências sociais*

Ao analisar o processo de formação das tradições geográficas surgidas na França durante o século XX, François Dosse nos diz que, com frequência, o geógrafo se torna historiador<sup>43</sup>. Poderíamos pensar também no contrário: o historiador tornou-se, com frequência, um geógrafo. Tomamos como exemplo *La Méditerranée* de Fernand Braudel: a primeira parte do livro se constitui basicamente numa análise do espaço e suas influências sobre o homem mediterrâneo. Em grande medida, sabemos o quanto o objeto geográfico se constituiu num objeto caro para os historiadores dos *Annales*. A recusa do acontecimento eventual, do indivíduo, da política, das ações pragmáticas, da história e geografia nacionais parecia recusar a todo momento as concepções de uma história ciência social que envolvia as preocupações de um Bloch, um Febvre e um Braudel, para ficarmos nos historiadores mais decisivos dos *Annales*.

Abolindo as retificações tanto metodológicas quanto teóricas da história historizante, que, de certa maneira, trilhava um percurso historiográfico muito ligado ao revanchismo francês pós-1870 e a determinada concepção nacional de história, os *Annales* situam-se dentro de uma reconfiguração das ciências

---

<sup>43</sup> François Dosse. “O recurso geográfico dos historiadores”. In: *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.

humanas que nasce no final do século XIX, período no qual começam a surgir as chamadas *ciências sociais* como a sociologia e a antropologia.

De acordo com François Dosse, após uma grande era de negociações dentro do campo intelectual francês, no estabelecimento de uma geografia nacional durante o século XIX, no início do século XX a geografia na França encontra seu lugar de refúgio em lugares mais interiorizados, em escala reduzida, configurada através de narrativas eruditas regionais. Este movimento de transposição do objeto geográfico abandona os princípios da Pátria para se desvencilhar do Estado e se afastar da política. A partir desse momento, a diversidade regional do interior da França encontra-se na pauta do dia dos geógrafos e coloca de lado o sensacionalismo centralizador e unitário que marcou a história e a geografia nacionais no século XIX<sup>44</sup>.

Mas, da mesma forma que a história, enquanto disciplina, teve que se adaptar às novas conformações do paradigma científico vigente nas ciências sociais, a geografia teve também que dar conta dessa adaptação. Como já dissemos acima que nesse período há uma explosão de monografias regionais sobre a França, cuidando essas monografias de particularidades, a geografia sofre ataque de sociólogos ortodoxos, que procuravam níveis universais de validade do conhecimento, seja histórico ou geográfico. É nesse sentido que o durkheimiano François Simiand ataca os geógrafos, de acordo com ele, incapazes de gerar um tipo de conhecimento válido cientificamente. Segundo

---

<sup>44</sup> Idem, p. 115.

Dosse, os durkheimianos, liderados por Simiand, efetuaram uma grande crítica aos geógrafos. Dedicados às divagações descritivas e incapazes de coordenarem qualquer sistema de causalidade, a geografia parecia estar condenada a desaparecer como disciplina em prol de uma sociologia extremamente forte. A história também corria esse risco e sofreria suas transformações no contexto historiográfico francês nesse sentido. A indisposição de Simiand com a Geografia em França se baseava na *diversidade de suas teses*, o que deflagraria uma relativização impossibilitada de alcançar um status legalista. A geografia não poderia ser uma ciência, já que esta estava preocupada em levantar axiomas universais, e a relativização do conhecimento nesse caso estava fora de cogitação<sup>45</sup>. Segundo o próprio Simiand, a delimitação regional não é pertinente, restringe demais o seu objeto para obter um aval de validade das leis sociais - *"Limitar-se a uma região tão estreita é fechar o único caminho que permite distinguir as coincidências acidentais ou não influentes das verdadeiras correlações"*<sup>46</sup>. Segundo Arnaldo Momigliano, a pesquisa antiquária foi perdendo vigor no fim do século XIX. Porém ela não chegou a acabar, tendo a sociologia e a antropologia tomados para si os objetos de estudo de tal pesquisa. Sendo a geografia um dos objetos de estudo dos eruditos e antiquários, a partir da transposição deste tipo de pesquisa para a sociológica, a geografia teve que se adaptar aos novos rumos do conhecimento forjados no interior das ciências sociais.

---

<sup>45</sup> Idem, p. 117.

<sup>46</sup> Ibidem.



Sabemos o quanto a geografia e a crença longa duração, quase imobilidade do objeto geográfico, serviu de grande uso para os historiadores franceses durante o século XX. Já citamos Braudel e seu estudo sobre o Mediterrâneo na época de Felipe II: este, figura secundária no trabalho do historiador francês. Houve um tempo onde a história havia se tornado praticamente em geografia. Sob uma análise macroscópica e sob grandes paradigmas de explicação da sociedade, a geografia encontrou na historiografia francesa de meados do século XX a sua forma de sobrevivência. Havia uma imposição de ideias sobre o espaço, e este deveria se conformar a partir de dados previamente estabelecidos à análise. Porém, a partir da década de 1980, principalmente com os estudos de Bernard Lepetit, acontece o que poderíamos denominar de uma virada histórico-geográfica francesa. Com as transformações ocorridas na conformação das ciências humanas a partir da década de 1960, é claro que essas transformações afetariam os estudos geográficos. Segundo François Dosse, Lepetit teria um importante lugar no interior desses novos estudos geográficos por ter uma “(...) perspectiva [que] necessita romper com a prevalência atribuída à escala macroscópica do tempo e a apropriar-se de sua dimensão fenomenológica”<sup>47</sup>. Essa dimensão fenomenológica na historiografia contemporânea pode ser percebida através das contribuições de Reinhart Koselleck com a dimensão dos conceitos para o conhecimento histórico e também por Carlo Ginzburg, que valida o particular do passado a partir de uma reconsideração fenomenológica.

---

<sup>47</sup> Idem, p. 147.

Apesar de François Dosse situar o enlace entre história e geografia no início do século XX, essas duas disciplinas já encontravam, no século XIX, quem as enxergasse como condições complementares do conhecimento. No Brasil, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dá-nos prova cabal dessa situação. História e geografia deveriam dar conta de suprir os anseios de organização temporal e espacial do novo império. Porém, na constituição da história e geografia nacional brasileira, houve uma negociação para o estudo dessas duas disciplinas, que, de certa forma, refletia a negociação política de funcionamento do Império no Brasil.

## *II. História Geral, Geografia Geral*

A vocação dos estudos histórico e geográfico, a partir do IHGB durante o século XIX esteve voltada, em grande parte, para a supressão das historicidades regionais. Isso foi determinado em grande parte pelo projeto de construção nacional que visava a integração da nação em um futuro próximo, no qual as províncias encontrariam sua razão de existir apenas através de sua ligação a um centro de peregrinação, o centro de decisões do Império Brasileiro. Não é a toa que as histórias particulares não puderam ser validadas durante o século XIX no Brasil. A todo o momento, havia a necessidade de produção de memórias e de envio de documentação das províncias para o IHGB. História e geografia produzida a partir daí. Era este o lugar eleito,

oficialmente, para o pronunciamento de uma história e de uma geografia do Brasil.

Uma das primeiras obras de referência geográfica sobre o Brasil, e que, de certa forma, estabeleceu-se como canônica pela tradição historiográfica do século XIX é a *Corografia Brasílica*, do Padre Ayres de Casal. Formalmente, a obra de Casal descrevia o território brasileiro a partir das províncias e não como um todo, como acontece na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. No último capítulo do terceiro e último volume de sua *History of Brazil*, Southey dá notícias do atual estado do Brasil no momento da publicação do volume. Southey utiliza a mesma unidade formal de Casal para descrever a geografia do Brasil, ou seja, a partir das províncias.

Em um discurso publicado na Revista Trimensal do IHGB, em julho de 1841, um dos sócios fundadores do Instituto, Rodrigo de Souza da Silva Pontes nos diz, no texto *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil?*, colocava no jogo das negociações de levantamento histórico e geográfico do Brasil um dos tópicos mais recorrentes na tradição historiográfica brasileira. Vejamos o que diz o sócio fundador:

(...) Quando porém se trate de elucidar um ponto de História ou de Geografia, ainda não suficientemente esclarecido, por escritos os mapas existentes, outro será sem dúvida o caminho que deva pisar-se.

Persuado-me de que para qualquer destas hipóteses convém mui principalmente *as viagens científicas* (grifo meu)<sup>48</sup>.

Dizendo isto, Silva Pontes apenas insistia numa tópica recorrente, que, de certa forma, conformaria o discurso histórico, geográfico e literário no Brasil durante o século XIX. No campo literário, podemos nos referir ao trabalho de Flora Sussekind, intitulado *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*<sup>49</sup>, onde a autora firma a hipótese de que os relatos dos viajantes no início do século XIX em grande medida conformaram a figura do narrador e o discurso literário brasileiro na primeira metade desse século. Muito deveu-se aos viajantes naturalistas europeus a redescoberta da imensidão do território brasileiro. Nomes como os de Alexander von Humboldt, Spix e Martius, Saint-Hilaire, dentre outros, de certa forma sempre foram figuras extremamente respeitadas nos círculos ilustrados brasileiros, tornando-se até mesmo cânones da literatura científica.

Mas, se as *viagens científicas* supririam lacunas existentes no conhecimento da história e da geografia do Brasil, o país parecia não ser muito apto para esse tipo de viagem, ou mesmo, parecia não oferecer condições materiais para que esse tipo de pesquisa pudesse ser validada. Assim diz Silva Pontes:

---

<sup>48</sup> SILVA PONTES, Rodrigo de Souza da. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil?. RIHGB. N° 10. Julho de 1841.

<sup>49</sup> Flora Sussekind. *Op. Cit.*

Eu reconheço que o resultado de tais viagens não produziria neste país a abundância de documentos para a história dele que em França, por exemplo, se tem colhido das excursões arqueológicas. Não possuímos templos como as catedrais de Sens e de Chartres, em cujas vidraças se vê desenhada a história de S. Thomaz de Cantuaria [...] nem tivemos artistas que nos deixassem escritas deste modo as poucas idades que temos de existência. Só é dado a um país antigo, como a França, o possuir a história conservada pelas belas artes com tal engenho e verdade [...]. Eu conheço que *uma viagem arqueológica entre nós estaria longe de deparar com um número espantoso* de quatro mil duzentos e noventa e dois milhões quinhentas mil estátuas, ou de oito mil e quinhentos e oitenta e cinco milhões de figuras, que representam o aspecto humano, compreendidas as estátuas, pinturas, ou relevos, obra tudo das maravilhas da religião de Cristo<sup>50</sup>.

A tenra idade do novo Império ainda não havia dado conta do estabelecimento de monumentos históricos importantes para a sondagem da história e geografia nacional. O fato de a França ter séculos de existência comparados ao Brasil, faz com que a história e a geografia aí fossem mais “adiantadas”, vêm como o nível de civilização, pois, o estabelecimento desses níveis passava pelo conhecimento das origens históricas e dos monumentos que mais tarde seriam eleitos para a história. Não é acidental que o simples rumor de inscrições fenícias na Pedra da Gávea foi motivo de expedição científica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de várias outras expedições pelo interior do Brasil. Se a história não havia legado à posteridade

---

<sup>50</sup> Idem.

tantos monumentos como na França, restava ao Instituto eleger tais monumentos através das *viagens arqueológicas*. E, através de uma súplica de ruínas descobertas pelo país, inicia-se a eleição dos monumentos pela história nacional:

Eu conheço que poucos são na verdade os monumentos históricos do Brasil: mas por serem poucos não deixam eles de ter importância aos olhos de quem ama a história do seu país: e qual de nós poderia ver, por exemplo, sem vivo sentimento de interesse o obelisco restaurado no Pará pelo nosso digno sócio o Sr. João Antonio de Miranda, as pinturas que n'um ou em dois templos de Pernambuco representam sucessos da guerra dos Holandeses, os edifícios (hoje monumentos, ou antes ruínas históricas), onde se esculpiu o - *Qua patet orbis* - do Conde João Maurício de Nassau, ou as pedras gravadas, as estátuas esboçadas, descobertas por Mr. Bauve nas vizinhanças da vila da Barra na comarca do Rio Negro, e que, segundo a opinião do mesmo viajante, atestam a existência de uma antiga civilização?<sup>51</sup>

Ao que parece, os elementos arquitetônicos e artísticos dos “gênios” mineiros do século XVIII, como Ataíde e Aleijadinho, teriam que esperar o seu processo de monumentalização histórica só em fins do século XIX, quando o Arquivo Público Mineiro, em âmbito regional, reconsideraria a história de Minas colonial e imperial. Porém, esta monumentalização só se daria de forma oficial dentro de um levantamento canônico a partir da viagem dos modernistas a Ouro Preto na década de 1920. Através de um itinerário, nessa época já despretensiosa de ser uma viagem científica, Manoel Bandeira

---

<sup>51</sup> Idem, p. 150-1.

escreve o seu *Guia de Ouro Preto*: o que resta da formalidade descritiva do século XIX é apenas o aspecto pitoresco da antiga cidade colonial. Ao ocultar os elementos artísticos de Minas Gerais no *hall* dos monumentos históricos brasileiros, Silva Pontes apenas estava aplicando sua missão de sacerdote ao resguardar tais assuntos na *arca do sigilo*<sup>52</sup>.

Através do pronunciamento de Silva Pontes, a função de tais viagens científicas, além de desbravar o território em busca de monumentos a serem eleitos para a história do Império, serviu também como *certidão de verdade* para averiguação de alguns fatos históricos. Estar presente no “teatro dos acontecimentos” ajudaria a desvendar verdades e mentiras:

As excursões científicas porém não se destinam somente a coligir cópias, desenhos, ou descrições de monumentos. *Pontos há de História e Geografia referidos, ou indicados pelos diversos escritores de maneira oposta e contraditória*. Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exatidão, *sem exame e conhecimento dos lugares em que se passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da ciência a posição geográfica desses mesmos lugares*<sup>53</sup>.

Desejava-se que, através das tais *viagens* científicas, o inventário cartográfico do Império fosse finalmente determinado: limites e fronteiras deveriam ser finalmente resguardados e definidos. Para a manutenção do Império era obrigatória a manutenção da unidade territorial. Para os homens

---

<sup>52</sup> Essa expressão já foi utilizada acima quando nos referimos ao trabalho de Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Op. Cit.

<sup>53</sup> Idem, p. 151.

do IHGB multiplicavam-se as dúvidas a respeito de qual Tratado assinado pela metrópole ainda estaria em vigor: o de 1750, 1761, 1777, 1801? Os debates acerca desse assunto foram discutidos nas primeiras seções do IHGB, através do incitamento do Visconde de São Leopoldo. Ex-presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, o Visconde era grande conhecedor das querelas territoriais naquela região<sup>54</sup>.

Silva Pontes continua seu discurso numa tentativa de justificar a aliança entre história e geografia no projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim diz o autor:

Se o vocábulo *história* compreende não só os fatos e acontecimentos relativos ao estado político de uma nação, mas abrange também as variações e alternativas porque sucessivamente passa o espírito humano, o horizonte da história é amplo e vasto como todo o horizonte das artes e das ciências. Se a Geografia, não contente com descrever a superfície do globo, nos fez conhecer as diversas raças que o habitam, e nos indica os lugares onde a natureza colocou as suas variadas e excelentes produções, nada há sobre a terra que possa fugir ao exame, que possa evitar as narrações do geógrafo<sup>55</sup>.

O que importa destacar aqui é que antes mesmo da aliança entre história e geografia pela Escola dos *Annales*, no século XX, já se pensava no século XIX a relação entre essas duas disciplinas e o quanto as duas em conjunto poderiam atuar na efetivação do conhecimento das sociedades pretéritas. Uma nota escrita no *Bulletin de Ia Société de Géographie*, no

---

<sup>54</sup> Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Op. Cit. p. 527.  
Silva Pontes, op. cit. p. 155.



número de Agosto e Setembro de 1857, pelo vice-presidente da Sociedade de Geografia, D'Avezac de la Roquette, traz considerações a respeito da relação entre a geografia e a história. D'Avezac tinha um grande interesse pelos estudos americanos, tanto que publicou em Paris, no ano de 1873 uma obra intitulada *Année véritable de la naissance de Christophe Colomb et revue chronologique de sa vie*. Na nota de abertura do Boletim D'Avezac diz o seguinte:

*Il est proverbial que la Géographie est la compagne inséparable de l'Histoire*<sup>56</sup>, et jamais proverbe n'a trouvé d'application plus vraie qu'à l'égard de ces parages où le génie des découvertes illumina tout à coup de son flambeau, par delà l'Océan aux ténèbres séculaires, des terres jusqu'alors ignorées: quelques peuplades chasseresses, hordes sauvages des forêts vierges, n'avaient pas de traditions que se fût soucié de recueillir l'esprit conquérant et affamé de richesses, des aventuriers qui prenaient possession de leur pays en vertu du plus irrésistible de tous les droits, le droit du plus fort. Les événements politiques ne se produisent qu'à la suite de la formation des États, et les États nouvellement éclos dans ces terres nouvelles ne peuvent avoir d'annales que pour des dates voisines de nous: *pour de telles contrées, la découverte, l'exploration, la colonisation, constituent la majeure part de leur histoire, et cette part est presque tout entière du domaine de la Géographie* (Grifo nosso)<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> “L'on ne doit faire état d'aucune Histoire, si la Géographie, son oeil droit et lumière naturelle, ne marche devant. En quoy néant-moins tous Historiographes de quelque temps et langue qu'ils soient, ont toujours (sic) failli comme à plusieurs autres choses.” (*Les Trois mondes, par le seigneur de La Popellinière*. Paris, 1582, petit in-8°: sommaire du premier livre).

<sup>57</sup> Bulletin de la Société de Géographie. Août et Septembre 1857. Mémoires, etc. *Considérations Géographiques sur l'Histoire du Brésil*. Examen critique d'une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François-Adolphe de Varnhagen. Charge d'affaires du Brésil en Espagne, rapport fait à la Société de Géographie de Paris, dans ses séances des 1<sup>o</sup> mai, 15 mai et 3 juin 1857, Par M. D'Avezac. P. 89-90.

A Geografia é vista como companheira inseparável da História. Porém, o que mais nos interessa nessa nota do Boletim da Sociedade de Geografia é que a passagem que transcrevemos acima serve de abertura ao texto que analisa o primeiro livro da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, enviado à instituição francesa logo após sua publicação. Após a descrição de várias histórias do Brasil publicadas no século XIX, passando por Rocha Pita, Southey, Belegarde, Beauchamp, Armitage, Abreu e Lima, Denis, entre outros, D'Avezac diz que essas obras são de caráter fundamental para o conhecimento da história e geografia do Brasil. Ao falar da *History of Brazil* de Southey, D'Avezac diz que ela não está absolutamente isenta de imperfeições nem de lacunas. Ao falar da *História Geral do Brasil*, o autor francês nos diz que “*le Brésil attendait encore une histoire nationale*”<sup>58</sup>.

As questões relativas ao território, como percebemos, estiveram na pauta das discussões da retórica nacional no século XIX. Januário da Cunha Barbosa, antes de D'Avezac (e outros autores), reclamava a ausência de trabalhos de brasileiros, concernentes à história e à geografia do Brasil. O nascimento do IHGB e a fundação de uma instituição que agrupasse indivíduos em prol de um “redescobrimento” do Brasil sanaria esta ausência de um pensamento intelectual nativista. A centralização da política Imperial refletiria na centralização e efetivação do conhecimento da história e geografia da nação. A equiparação do Brasil com as nações civilizadas da Europa

---

<sup>58</sup> Idem, p. 94.

poderia realizar-se a partir da exatidão do conhecimento dos fatos pretéritos, bem como da exatidão do conhecimento do território. Eis as palavras do Cônego:

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; e desta arte mostrarmos às nações cultas, que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação os diversos fatos da nossa história, e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros<sup>59</sup>.

Para o Cônego Januário da Cunha Barbosa, a junção da história com a geografia se daria de forma que uma complementasse a outra. Segundo ele, a história “seria incompleta, descorada e árida” se concluísse seus resultados a partir de esquemas gerais a partir de simples abstrações e não optasse por colocar “os fatos no teatro em que se passaram”<sup>60</sup>. Mas afinal, a partir de que divisão deveria ser escrita a história e estudada a geografia do Brasil? Se havia um debate no âmbito político entre unidade e federalismo, claro é que esse debate transbordaria para a constituição da história e da geografia nacional. Sendo assim, restava a Januário da Cunha Barbosa, na condição de Secretário Perpétuo do Instituto, pronunciar-se a respeito de tal assunto:

---

<sup>59</sup> Januário da Cunha Barbosa. “Discurso”, p. 9.

<sup>60</sup> Idem, p. 13.

Não tem faltado escritores que se dessem ao trabalho de recomendar à posteridade muitos desses fatos, que são lidos em todos os tempos com justa admiração; mas, *espalhados por um tão vasto território como este em que agora o Brasil assenta o seu trono imperial, eles mais escreveram histórias particulares das províncias, do que uma história geral, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica, e com luz pura da verdade*<sup>61</sup>.

Pelo que pudemos ver acima, o tipo de história produzida até o momento era particular, das então províncias. Porém, no Brasil, onde se *assenta o trono imperial*, e o Império deve ser constituído fora dos apuros da fragmentação política e das autonomias locais, a importância do modelo de história geral cuidava de manter o Império unificado, mesmo que fosse através de narrativas históricas e geográficas. Quando Januário da Cunha Barbosa pronuncia esse discurso, o Império do Brasil ainda não havia se consolidado, e as revoltas regenciais estavam ainda tão presentes na mente dos políticos do novo Império quanto as revoltas que antecederam imediatamente a Independência do Brasil. Como já dissemos, a *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen coincide, em grande medida, com o momento de consolidação do Império do Brasil.

### *III. O particular e a história das províncias no Império do Brasil*

Tendo em vista esse panorama, as histórias particulares das províncias sofreram um tipo de controle o Império. No debate surgido no interior do

---

<sup>61</sup> Idem, p. 11. Grifo meu.

IHGB concernente à escrita da história do Brasil, no momento de sua fundação, discutia-se se a história do Brasil deveria ser escrita primeira a história das províncias para depois junta-las e formar um corpo de história geral ou se essa história deveria ser escrita tendo como idéia o Brasil como um todo. A primeira proposta, ou seja, a escrita da história do Brasil a partir de suas províncias foi defendida por um dos fundadores do IHGB, o marechal Raimundo José da Cunha Matos em um pronunciamento na sessão de 15 de dezembro de 1838. Esse discurso de Cunha Matos só foi publicado na Revista Trimensal do Instituto em 1863, com o título *Dissertação do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Como podemos ver, somente 15 anos depois de pronunciado o discurso foi publicado. Nessa época, as condições de uma história geral do Brasil já começavam a enfraquecer ante o nascimento de um novo sentimento político no cenário brasileiro. A segunda e vencedora proposta foi defendida por Januário da Cunha Barbosa, o mesmo que disse em passagem transcrita acima da necessidade de uma história geral do Brasil<sup>62</sup>.

Raimundo José da Cunha Matos escreveu uma *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* que foi publicada em 1837. Essa obra vinha no bojo de uma série de estudos de Cunha Matos sobre as províncias do Brasil, e, de certo modo, parecem fazer parte da constituição daquele de seu plano, abortado peio falecimento do autor um ano após a criação do IHGB, em 1839.

---

<sup>62</sup> Bruno Franco Medeiros e Valdei Lopes de Araújo. “A história de Minas como história do Brasil”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIII, nº 1, janeiro a julho de 2007.

Antes, em 1836, Cunha Matos havia publicado a *Corografia Histórica da Província de Goiás e o Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Um dos motivos que consideramos como determinante nessa obsessão geográfica de Cunha Matos pode ter nascido das necessidades enfrentadas quando ele adquiriu experiência militar ainda em Portugal. Percebemos que uma das características principais de uma historiografia que poderíamos chamar de militar<sup>63</sup> era o desbravamento de territórios a serem conquistados. Em 1797, Cunha Matos foi transferido como furriel para uma das mais modestas colônias portuguesas, a Nova Guiné. Nascido em Faro, Algarve (2-11-1776), filho de Alexandre Manuel da Cunha Matos, nessa época furriel artífice do Regimento de Artilharia naquela cidade.

As histórias particulares que tratam de Minas Gerais podem ser identificadas a partir dos primeiros documentos enviados à Coroa ainda no século XVII, documentos que davam notícias da descoberta de ouro na região. Devemos chamar a atenção para alguns trabalhos que de certa forma situam-se dentro de uma tradição historiográfica sobre Minas Gerais e que foram produzidas já no século XVIII. Como uma das primeiras obras publicadas, podemos chamar a atenção para o tratado do jesuíta André João Antonil denominado *Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas*, publicada em 1711.

Alguns anos depois, podemos situar também dentro dessa tradição historiográfica o conjunto de documentos que compõem o Códice Costa

---

<sup>63</sup> Idem.

Matoso. Este conjunto de documentos, de grande importância para os pesquisadores dedicados à história de Minas no século XVIII, através de uma atenta análise (que ainda está por ser feita) da *Coleção de notícias*, podemos ampliar nosso conhecimento sobre a produção historiográfica produzida a partir de Portugal no século XVIII. Luciano Figueiredo chama a atenção para um estímulo determinante da Academia Real da História Portuguesa presente na preparação da Coleção de documentos que compõem o *Códice*. Segundo este autor,

(...) A consolidação de um modelo, o crescimento do público leitor, embalado pelo nascimento do gosto pela História, propagado entre grupos sociais diversificados e incorporando estratos médios da população, e o desenvolvimento de novas formas de patrocínio oficializadas sob o Estado criam um ambiente favorável para consagrar os esforços do investimento historiográfico<sup>64</sup>.

Apesar de ser um documento de extrema importância para os estudos voltados sobre a história de Minas Gerais no século XVIII, o *Códice Costa Matoso* não chegou a influenciar diretamente as pesquisas e estudos sobre Minas Gerais durante o século XVIII e XIX. Isso em grande parte é devido ao movimento de peregrinação que o *Códice* acabou tomando após a sua finalização. Caetano da Costa Matoso inicia a escrita da Coleção de documentos em Minas e termina em Portugal. A partir daí o *Códice* começaria

---

<sup>64</sup> Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. “Estudo Crítico. Rapsódia para um bacharel”. In: *Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo o ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

uma viagem pelo continente europeu até ser arrematado num leilão em Londres e chegar às mãos de Afonso Taunay, no início do século XX. Poderíamos também apontar alguns poemas de Cláudio Manoel da Costa, como, por exemplo, o poema Vila Rica, que descreve a paisagem das penhas da região aurífera. Sérgio Alcides, em estudo recente, demonstra o quanto Cláudio Manoel situava-se dentro do debate das belas-letas no continente europeu nesse século, optando por uma via que contrariava o gosto neo-clássico então vigente, não por desconhecer tais determinações do gosto, mas justamente devido à falta de sintonia entre o “pastor” e sua paisagem natural<sup>65</sup>. Os poetas e literatos que participaram da Inconfidência Mineira seriam citados antes em compêndios de literatura produzidos no século XIX - citados a partir de sua qualificação literária e não a partir de sua atuação política.

---

<sup>65</sup> Sérgio Alcides. *Estes Penhascos*. São Paulo: Hucitec, 2002.



### CAPÍTULO 3

#### *Memória como esquecimento: a historiografia sobre Minas Gerais no Império*

A relação entre história e memória é inevitável. Da mesma forma que a história, enquanto disciplina que pretende estudar as sociedades do passado cria seus mecanismos teóricos e metodológicos para lidar com esse tipo de ofício, a memória também tem seus estudiosos que tentam perfilar um método e uma teoria para dar conta de suprir um estatuto para esse tipo de conhecimento.

Situando-se dentro de uma tradição francesa que pretende esgotar os limites e possibilidades do conhecimento do passado através da memória, Paul Ricoeur dá-nos algumas indicações importantes nos últimos tempos, que superam e colaboram para as contribuições de Maurice Halbwachs e Pierre Nora. Segundo Dosse, ao analisar a obra de Ricoeur dedicada aos estudos de memória e história<sup>66</sup>, nos diz que na tradição cultural do ocidente tanto a memória quanto a história tem ambições no interior de suas discussões epistemológicas. Porém, essas ambições se distanciam a partir do momento em que a história aspira à verdade e a memória à fidelidade<sup>67</sup>.

A o pensamento histórico na Modernidade foi moldado, em grande medida, pelos paradigmas científicos criados a partir daí. Se uma das maiores preocupações da ciência moderna foi a busca de uma verdade, e uma verdade

---

<sup>66</sup> Paul Ricoeur. *L'histoire, l'memoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

<sup>67</sup> François Dosse, "Paul Ricoeur: entre história, memória e esquecimento". In: *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.

universal, poderíamos dizer que o anseio pela objetividade do conhecimento histórico na Modernidade esteve ligado à essa noção de verdade que a ciência requeria pra si. Porém, através do desenvolvimento do pensamento científico durante um período de cinco séculos, a partir do século XVI, percebemos que a ciência se preocupava mais com poder do que com a verdade<sup>68</sup>.

A memória também sofreu uma influência desse pensamento científico moderno. Se a memória está sujeita a patologias - a impedimentos e resistências (num sentido freudiano) - existe também uma sujeição a manipulações e mandamentos, por parte de determinados grupos e comunidades históricas<sup>69</sup>. Segundo François Dosse, as patologias coletivas da memória se manifestam em excessos de memória, de repetição, dos quais a obsessão por comemorações históricas do passado nacional na França (e não só) constituem um bom exemplo, bem como dos países totalitários onde existe a predominância de uma *memória manipulada*. Logo após dizer isso, Dosse nos faz pensar que essa *memória manipulada* pode existir não só em países totalitários, mas em qualquer lugar, quando ele diz que “a memória é, portanto, assim como a história, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento”<sup>70</sup>.

É a partir do entendimento da memória enquanto uma *construção intelectual* e não como um *fluxo externo ao pensamento* que podemos

---

<sup>68</sup> Martin Heidegger. “A questão da técnica”. In: *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2006, pp. 11-38.

<sup>69</sup> François Dosse. Op. Cit. p. 150.

<sup>70</sup> Idem, p. 156.

entender o resgate do passado colonial brasileiro durante o Império. A obsessão pela unidade, pela integridade territorial e a sombra da Dinastia de Bragança como parte da herança na constituição do Império brasileiro fez com que a construção da história nacional fosse feita a partir de uma seleção de fatos históricos que justificasse uma continuidade, uma legitimidade e uma soberania nacional.

Voltemos ao projeto historiográfico de Cunha Matos e sua idéia de uma história do Brasil a partir das províncias. Já dissemos da supressão desse projeto em prol do modelo de uma história geral e que o texto em que Cunha Matos defendia sua idéia só foi publicado em 1863, 15 anos após seu discurso em uma sessão no IHGB.

Aparentemente, o que estava em jogo na discussão entre histórias particulares e história geral do Brasil no cenário historiográfico brasileiro no século XIX era uma rivalidade de compreensões do conceito de história disponíveis então. No texto de Cunha Matos, percebemos como a discussão das épocas da história do Brasil deslocou-se da preocupação com a periodização da História Geral para o estabelecimento exaustivo e crítico do Império Brasileiro<sup>71</sup>. Segundo Valdeci Araújo, havia duas propostas

---

<sup>71</sup> Valdeci Lopes de Araújo. "História e Monumento. Da impossibilidade da História Geral". In: *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2003, p. 190.

historiográficas que se confrontavam, a saber: uma compreensão moderna de época, com uma identidade e definições intrínsecas e uma compreensão tradicional marcada pela idéia de uma cronologia que entendia as épocas como simples marcos temporais<sup>72</sup>. Fica claro que a proposta de Cunha Matos para a organização da História do Brasil estava estreitamente ligada a essa última proposta, pois a maioria de seus trabalhos estão dispostos na forma de tábuas cronológicas - a preocupação com a construção formal da história do Brasil deveria ser desviada para o aperfeiçoamento da cronologia<sup>73</sup>.

A década de 1860 parece sinalizar uma época de mudança e de surgimento de uma tradição historiográfica que vinha se mantendo subterraneamente em detrimento de uma versão oficial que sustentava os anseios políticos do Império brasileiro. Em 1868 publicou-se no Rio de Janeiro o livro de Joaquim Felício dos Santos, denominado *Memórias do Distrito Diamantino*. Sete anos antes, Felício dos Santos começara a publicar semanalmente n'O *Jequitinhonha* alguns artigos que mais tarde comporiam o corpo do texto final publicado pela Tipografia Americana na Corte. Durante vinte e um meses foi assim. O *Diário do Rio de Janeiro* começou a transcrever as matérias de Felício dos Santos, dando notoriedade imediata ao escritor mineiro, uma situação que fez com que o autor fosse convidado a escrever em periódicos da capital do Império<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> Alexandre Eulálio. "Prefácio". In: *Memórias do Distrito Diamantino*. Joaquim Felício dos Santos. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

Em nota *Ao leitor*, na primeira edição da sua obra, Joaquim Felício dos Santos fala sobre a edição do livro e das possibilidades de mudança em relação aos artigos originais publicados esparsamente n' *O Jequitinhonha*:

Era minha intenção fazer algumas supressões e publicá-los depois em separado, como aconselhou-me o ilustrado redator do Diário do Rio de Janeiro, que os transcreveu em suas colunas. Mas alguns amigos, a quem manifestei esta idéia, talvez levados mais do espírito de bairrismo, pediram-me que nada suprimisse. Quem mais ou menos não é bairrista? Não nego em mim esse sentimento (...)<sup>75</sup>.

Em 1873, Joaquim Norberto de Souza e Silva publicava a sua *História da Conjuração Mineira*. Joaquim Norberto nasceu no Rio de Janeiro em 1820 e faleceu em Niterói em 1891. A trajetória de vida de Joaquim Norberto coincide quase exatamente com a história do Império do Brasil. Conhecido em grande medida por seus trabalhos de história da literatura brasileira, Joaquim Norberto escreveu alguns trabalhos históricos, principalmente ligados ao IHGB. Ao que parece, em 1873 a “arca do sigilo” que existia no IHGB já não estaria mais trancada-a-sete-chaves, como em momentos anteriores.

Lúcia Maria Paschoal Guimarães, ao analisar o controle implementado pelo Instituto sobre determinados fatos da história pátria, nos diz que o problema a ser enfrentado pela análise deve ser deslocado do plano do discurso acadêmico para situar-se no plano da retórica política do Império

---

<sup>75</sup> Joaquim Felício dos Santos. Op. Cit, p. 39.

brasileiro. Segundo a autora, é justamente a partir do âmbito político que deve-se perceber as tomadas de decisões sobre a conveniência ou não de tornar públicos alguns documentos. Um dos objetivos centrais do Instituto seria a censura de “obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso”. Dessa forma é que era instituída o que a autora chamou de *arca do sigilo*<sup>76</sup>.

Esse controle determinado sobre assuntos mal-quistos levaria algum tempo para perder sua força dentro do cenário intelectual brasileiro. Tanto é que alguns documentos acerca da Revolução de 1817 só ganhariam as páginas da Revista do IHGB em 1866<sup>77</sup>. José Rezende da Costa, um dos sócios da instituição fluminense, tentou por vias indiretas adicionar o tema da Conjuração Mineira nos debates do IHGB. Este autor traduziu em 1839 o capítulo do livro *History of Brazil* de Robert Southey que tratava desse assunto e o ofertou ao Instituto. A comissão encarregada de avaliar a obra do autor inglês, apesar de reconhecer a confiabilidade do conteúdo da obra, se recusou a acreditar que o “martírio” de Tiradentes ocorrera em meio a uma autêntica festa popular motivada pelas autoridades coloniais<sup>78</sup>. Coincidência ou não, a obra de Southey só foi integralmente traduzida e publicada em português no ano de 1863.

Retornando à *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto, percebemos que no entendimento desse autor a conspiração ocorrida na

---

<sup>76</sup> Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Op. cit. p. 516.  
Idem, p. 519.

<sup>78</sup> Idem, p. 515.

capitania de Minas Gerais no fim do século XVIII foi uma das primeiras tentativas para Independência Nacional, como podemos perceber no sub-título da obra. A *História da Conjuração* foi dedicada a Luiz Pedreira do Couto e Ferraz, o Visconde de Bom Retiro, senador do Império entre 1867 e 1886, e ao “amigo sincero” José Vicente Jorge que foi Conselheiro Diretor Geral Interino da Secretaria do Império.

Nas palavras que iniciam a *Advertência* ao leitor, Joaquim Norberto reitera a falta de publicidade latente sobre as questões relativas à Conjuração Mineira. Segundo o autor, “a presente monografia vem satisfazer uma falta sensível na história nacional, tornando conhecidos todos os fatos e personagens da conjuração mineira de 1789”<sup>79</sup>.

Joaquim Norberto adiciona os comentários de Fernandes Pinheiro de 1859 e de Caetano Alves de Souza Filgueiras de 1860 sobre sua obra, já que, apesar de publicada no início da década de 1870, a obra já tinha sido esboçada no Instituto nos últimos meses de 1860. A partir do comentário de Caetano Alves de Souza Filgueiras, percebemos o quanto era necessária a reabilitação da memória do movimento mineiro. Assim diz Filgueiras:

Felizmente para nós já a luz, que faltou a esses tempos tenebrosos, pode fugir em todo o seu esplendor ante o trono diamantino, e por isso o nosso consócio tratou da *reabilitação da memória* desses nossos

---

<sup>79</sup> Joaquim Norberto de Souza e Silva. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873, p. VII.

compatriotas, que expiaram no patíbulo e nas praias do exílio a *idéia grandiosa da independência da nossa pátria*<sup>80</sup>.

A tradição historiográfica sobre a Conjuração Mineira se constituiu a partir daquilo que João Pinto Furtado intitulou como um *manto de Penélope*<sup>81</sup>, ou seja, a partir do ir e vir de interpretações históricas, a história da Conjuração ainda se mostra um pouco confusa, principalmente porque a maioria dos trabalhos históricos se baseia na documentação oficial, nos autos da devassa levantada para julgamento dos Conjurados.

Ao se pronunciar para o Instituto Histórico, Joaquim Norberto diz que pensou-se por muito tempo não só na Europa como entre nós, que a malograda conjuração de Minas Gerais do ano de 1789 não passara de uma invenção do governo colonial, que tinha por fim derribar a influência de alguns brasileiros distintos por seus conhecimentos, afamados por seus talentos, conhecidos por suas obras e respeitáveis por suas riquezas. *Nesses tempos coloniais tudo se ignorava que tudo se escondia; a divulgação e a publicidade eram crimes*<sup>82</sup>.

Como já vimos anteriormente, devido à *arca do sigilo* alguns assuntos sobre a história recente do passado colonial brasileiro eram negligenciados e

---

<sup>80</sup> Citado em Joaquim Norberto. Op. Cit. p. VIII.

<sup>81</sup> João Pinto Furtado. Op. Cit. Cf. Também Keneth Maxwell. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>82</sup> Joaquim Norberto. Op. Cit. p. XI.



colocados de lado nos debates e seções do Instituto Histórico. Mas se, como chamou atenção Lúcia Guimarães, a “publicidade que Revista [do IHGB] deu à documentação do passado remoto do Império trazia as marcar da continuidade, da centralização e da legitimidade”<sup>83</sup>, tanto o severo ataque de Filgueiras como o de Joaquim Norberto sobre a política metropolitana durante a colônia representam uma virada no cenário tanto político quanto intelectual brasileiros nesse período, marcado pelo abalo dessas estruturas de sustentação do Império brasileiro até então, tais como a continuidade, a centralização e a legitimidade.

Ao analisar as diversas tradições políticas vigente no Segundo Império, Valdei Lopes de Araújo demonstra como Teófilo Otoni interpretou a História do Brasil na ocasião do levantamento de um monumento - a estátua equestre de D. Pedro I - na capital do Império<sup>84</sup>. Esse monumento em homenagem a D. Pedro I foi proposto por Haddock Lobo em 1854. Repare-se na data marcada para a inauguração da estátua - 25 de março de 1862. Esta data, apesar de representar o aniversário do juramento da constituição de 1824, situa-se dentro de uma década de profundas transformações e reconsiderações de tradições políticas no cenário brasileiro. Às vésperas da data marcada para a inauguração do monumento, Teófilo Otoni lança um artigo polêmico intitulado *A estátua equestre de Pedro I*, onde reconsidera a história do Brasil

---

<sup>83</sup> Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Op. Cit. p. 522.

<sup>84</sup> Valdei Lopes de Araújo. O Tribuno do Povo e a Estátua do Herói: Breve estudo sobre as tradições políticas atuantes na Corte durante o Segundo Reinado. *Revista Dia-logos*, Rio de Janeiro, v.II, n. 2,p. 132-157, 1998.

e projeta em Tiradentes o verdadeiro mártir responsável pela Independência do Brasil - o patriarca da Independência seria Tiradentes e não Pedro I.

Waldemar de Almeida Barbosa, um dos historiadores mineiros do século XX ainda ligado a um nativismo mineiro, publicou um livro intitulado *A verdade sobre Tiradentes*, no qual analisa com parcialidade patriótica o livro de Joaquim Norberto sobre a Conjuração. Neste livro, Waldemar Barbosa chamava a atenção a existência de alguns trabalhos sobre a Conjuração Mineira, porém, deixa bem claro como o desenvolvimento dessa tradição historiográfica teria que ser feito subterraneamente:

Durante o Império, todos os que escreveram a respeito da Inconfidência Mineira, fizeram-no com as *devidas reservas*, pois o movimento fora nitidamente republicano. A memória de Tiradentes só veio a ser oficialmente enaltecida depois de 1889, após a proclamação da República. Já no final do 2º Império, com o recrudescimento da propaganda republicana, surgiu alguma tentativa de se homenagear a memória do protomártir, como, por exemplo, *a iniciativa do monumento, no Rio*; mas a idéia era logo sufocada pelos amigos do trono, desejosos de ostentar dedicação à coroa. É o caso de se perguntar: se o Brasil, a exemplo das demais nações americanas, tivesse adotado a forma republicana de governo, ao tempo de sua independência política, teria Norberto escrito o livro que escreveu?<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> Waldemar de Almeida Barbosa. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Artes de Belo Horizonte, s/d, p. 12.

Waldemar Barbosa também chama a atenção para a polêmica envolvendo o nome de Tiradentes e de Pedro I na década de 1860. Mirando a restituição de Tiradentes a seu devido lugar na história não só de Minas Gerais, mas na do próprio país, Barbosa critica ferrenhamente Joaquim Norberto ao dizer que o historiador fluminense delegou a Tiradentes um lugar secundário no movimento de 1789. O autor mineiro acusa o fluminense de ser partidário da monarquia e defende-la. Assim diz Waldemar Barbosa:

Que sua preocupação, ao escrever seu livro, foi escarnecer a figura de Tiradentes, não pode haver a menor dúvida. Monarquista apaixonado, amigo dedicado do Imperador, alto funcionário da Secretaria de Estado, sentiu-se Norberto na obrigação de destruir o ídolo que os republicanos pretendiam enaltecer. E quando, em 1872, o Dr. Pedro Bandeira de Gouveia agitou novamente o projeto da estátua a Tiradentes, saiu ele a campo e, pela imprensa, procurou demonstrar que Tiradentes era a figura menor da Inconfidência Mineira<sup>86</sup>.

Dizendo que a obra de Joaquim Norberto era mais de polêmica do que de História, Waldemar Barbosa nos diz que Norberto estava envolvido demasiadamente em parcialidades, uma “atitude de político, nunca de historiador”<sup>87</sup>, pois, sendo o historiador fluminense um opositor do movimento

---

<sup>86</sup> Idem, p. 17.

<sup>87</sup> Ibidem.

republicano e um defensor da monarquia, sua fúria contra Tiradentes era prova de tal parcialidade. Em grande medida, essa situação demonstra-nos o quanto a escrita da história do Brasil e suas diversas interpretações durante o século XIX acabavam deslocando do âmbito acadêmico para o âmbito político o alvo de suas declarações, como já chamamos a atenção acima a partir do estudo de Lúcia Guimarães. Waldemar Barbosa diz que Varnhagen também se encaixava no perfil do historiador que, tomando como referência uma noção de continuidade empreendida a partir da herança da dinastia de Bragança na conformação do Império brasileiro, não pensaria qualquer idéia de independência nacional sem D. Pedro I<sup>88</sup>. Numa tentativa de desclassificação de Joaquim Norberto, Waldemar Barbosa chama o primeiro de *historiador-poeta* em diversos momentos d' *A verdade sobre Tiradentes*, dizendo que Norberto “se excede a cada hora, na ousadia de inventar tudo o que for possível contra Tiradentes”<sup>89</sup>.

Se Joaquim Norberto fora ou não um *historiador-consciente*, como ele próprio se autodenominou, ou fora um historiador parcial preocupado com a monarquia como denunciou Waldemar Barbosa, não nos importa muito nesse momento. O que realmente importa é a divulgação de um assunto tão suprimido durante o Império e que, a partir da década de 1860 começava a ser retirado da *arca do sigilo* para vir à tona. Em grande medida, a abertura dessa *arca* representava um giro na política do Império num momento em que as

---

<sup>88</sup> Idem, p. 73.

<sup>89</sup> Idem, p. 42.

várias tradições políticas existentes buscavam uma maneira de se firmar nesse cenário. Uma dessas tradições políticas alcança grande fôlego em 1870, quando o Partido Radical lança o “Manifesto Republicano” no Rio de Janeiro em 3 de dezembro no periódico *A República*, redigido por Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça. Nascia aí o Partido Republicano. Saldanha Marinho teria um monumento erguido em sua homenagem em frente ao antigo Palácio dos Governadores e da Casa de Câmara de Ouro Preto, no mesmo lugar onde seria substituída a partir da década de 1890 pelo monumento erguido em homenagem a Tiradentes e a Inconfidência Mineira.

Quando iniciou a publicação dos volumes que comporiam a sua *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero contribuiu, em grande medida, para o enfraquecimento do modelo de uma história geral do Brasil naquele momento. Se Varnhagen se constituía, de alguma forma, como uma autoridade em história do Brasil durante o século XIX, em Sílvio Romero já percebemos uma perda de hegemonia de Varnhagen no cenário historiográfico brasileiro. Assim diz Romero:

Francisco Adolfo de Varnhagen é até ao presente o *segundo em mérito de nossos historiadores*. E esse merecimento lhe vem da erudição séria, do estudo direto dos documentos nos arquivos, nas bibliotecas, nos

cartórios; e mais de não se ter ele limitado a fazer pequenas monografias e sim em ter levado ombros a empresas mais árduas, à *história geral do país*, e à história de duas fases memoráveis de sua vida, a das lutas com os holandeses e a da independência nacional<sup>90</sup>.

Se Varnhagen merecia destaque pela empresa “árdua” de levantamento da História Geral do Brasil, e por não ter se preocupado com pequenas monografias, o seu lugar no “panteão” dos historiadores ficava reservado a um segundo lugar. Quem estaria em primeiro, na opinião de Sílvio Romero? É a partir da resposta a essa questão que podemos reafirmar, mais uma vez, que a partir da década de 1860 o modelo de história geral começava a entrar em leve declínio enquanto as histórias particulares ganhavam cada vez mais no cenário historiográfico brasileiro uma dimensão relevante.

Nas palavras de Romero, João Francisco Lisboa, que escreveu *Apontamentos para a história do Maranhão*, seria melhor historiador do que Varnhagen. O autor da *História da Literatura Brasileira* diz as seguintes palavras ao caracterizar Lisboa:

(...) achamos superior a obra histórica de João Lisboa. Por ela é que tomou assento entre os mais eminentes escritores brasileiros, ocupando o posto de príncipe de nossos historiadores.

---

<sup>90</sup> Sílvio Romero. “Diversas manifestações na Prosa – História”. In: *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980. p. 1551.

(...) Até hoje é o único historiador nosso em cujas páginas se sentem palpitar algumas das agitações d' alma popular, algumas das pulsações do coração da nacionalidade que se ia e vai formando.

Varnhagen, Pereira da Silva, Melo Moraes, Norberto e Silva, Joaquim Caetano, Cândido Mendes - são mudos por esse lado<sup>91</sup>.

Ao lado de João Francisco Lisboa, Romero nomeava um outro autor: o mineiro Joaquim Felício dos Santos. Segundo Romero, apesar de Felício dos Santos ter várias obras publicadas entre trabalhos históricos e literários, o mineiro estaria presente na seleta lista de autores da *História da Literatura* devido às *Memórias do Distrito Diamantino*. Nas palavras de Romero,

É uma das obras de história nacional mais bem feitas que possuímos. Como Varnhagen, Lisboa, Joaquim Caetano, fez pesquisas, viu os documentos, estudou seriamente o assunto; mas se Lisboa, por exemplo, lembra pela discussão e pelas sínteses Guizot, Felício dos Santos traz à memória Aug. Thierry, não pela sobriedade majestosa do estilo, senão pelo dom da evocação pinturesca dos fatos e das personalidades históricas. - O livro é delicioso de naturalidade, de singeleza, de tom realístico.

A vida dos sertanejos mineiros, da região diamantina, aparece, durante dois séculos (...) em plena movimentação.

---

<sup>91</sup> Idem, p. 1574.

Vê-se que é obra de legista, mas legista que educou a fantasia no romance.

Os homens ali vivem e se movem<sup>92</sup>.

Nessa passagem, grande em tamanho, mas também de grande importância para as considerações que serão feitas a seguir, percebemos o quanto os comentários de Sílvio Romero representam um querer de histórias desse tipo. Como sabemos, o humor “ácido” de Sílvio Romero impera praticamente em quase todos os seus comentários acerca das obras dos autores brasileiros. Neste caso, ao analisar as obras de Lisboa e de Felício dos Santos, percebemos o grande entusiasmo de Romero com essas obras. Seu testemunho nos importa porque ele fora um contemporâneo desses autores que representaram essa virada historiográfica a partir da década de 1860. Apesar de *Apontamentos para a História do Maranhão* ter sido publicada em 1852, o resgate dessa obra e sua inclusão por Sílvio Romero na *História da Literatura Brasileira* é o que realmente nos importa.

Em uma outra passagem de Romero, percebemos o quanto era necessária a preocupação com as histórias particulares no cenário historiográfico brasileiro e o quanto o modelo de uma história geral do Brasil a cada momento sofria um declínio. Percebemos isso numa polêmica entre Sílvio Romero e Capistrano de Abreu. Em nota a um dos capítulos de sua *História*, Romero diz o seguinte:

---

<sup>92</sup>Idem,p. 1586.



Nós mesmos, durante mais de trinta anos, nos deixamos iludir, e chegamos a esperar, com ansiedade, a História do Brasil, prometida por Capistrano. Sabíamos que ele é grande conhecedor dos nossos fatos históricos e por isso, para o estimular, lhe fizemos rasgados elogios na memória eu inserimos no *Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil*. Mas, após mais de dez anos de espera, reconhecemos que o seu saber é puramente *micrológico* e de minúcias, sem relevo de espécie alguma. Falta-lhe a vida, o calor, a imaginativa, a capacidade sintética, o talento de narrar, a filosofia dos fatos, a amplitude generalizadora, a perspicácia analítica; em suma, faltam-lhe todos os dotes dos grandes historiadores. Não passa de uma mediocridade endeusada, um alfarrabista ilusionista<sup>93</sup>.

De certa forma, se Capistrano não chegou a produzir uma *história geral do Brasil* que superasse em matéria àquela publicada por Varnhagen a partir de 1854, um dos maiores motivos poderiam ser os quais Sílvio Romero o acusa. Porém, insistimos na hipótese de que Capistrano não poderia escrever uma história geral simplesmente porque a ordem do dia no ambiente intelectual estava preocupada em grande medida com um posicionamento em favor do particular ao invés do universal.

Lúcia Guimarães nos diz que no ano de 1888 havia um interesse do IHGB em comemorar o “Jubileu de Ouro” do Instituto com a impressão de

---

<sup>93</sup> Idem, p. 1812.

monografias dedicadas às províncias do Império. Porém, se esse projeto de uma "coletânea" de histórias particulares já havia sido anunciado com uma antecedência em jornais da Corte, Lúcia Guimarães fala que poucos intelectuais responderam ao apelo do Instituto. Apesar dessa situação, a pretendida publicação acabou se convertendo num volume suplementar da *Revista Trimensal*, onde nem todas as províncias estiveram presentes<sup>94</sup>. A ausência de envio de monografias e de materiais para o IHGB nesse período pode ser entendida a partir da seguinte hipótese: nesse momento, as províncias já estavam mais preocupadas com o levantamento de material para a escrita de suas histórias locais do que com uma história geral. É justamente nesse período que os Institutos, Museus e Arquivos regionais começam a ser pensados como centros organizadores de uma história e de uma geografia regional. Sobre isso, analisaremos a criação do Arquivo Público Mineiro e sua reconsideração da história de Minas Gerais no próximo capítulo.

---

<sup>94</sup> Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Op. Cit.

## CAPÍTULO 4

### *Reconsiderando a história: a história de Minas como História do Brasil*

Em 1879, um incêndio ameaçou destruir a Torre do Tombo, um dos maiores depositários da história lusa, bem como da história do Brasil. A Torre do Tombo, que à época contava com 500 anos de existência, pois sua instalação inicial data de aproximadamente 1378, passara ao longo de sua história por várias ameaças de destruição, sendo uma delas devido ao terremoto de 1755 que praticamente abalou todo o pequeno território português. Quando do incêndio de 1878, Teófilo Braga lamentou que, por pouco, este grande centro de conservação da história de Portugal não tenha afundado praticamente no “mar do esquecimento”. Seu pesar seria resgatado posteriormente por José Pedro Xavier da Veiga tanto na primeira página do primeiro fascículo da Revista do Arquivo Público Mineiro, quanto no Prefácio de suas efemérides. Segundo Xavier da Veiga,

(...) referindo-se [Teófilo Braga] a um incêndio que ameaçou recentemente destruir a Torre do Tombo, conta-nos a apreensão esmagadora que por alguns minutos dominou-o, persuadido como estava, que “extinto esse riquíssimo e incomparável Arquivo, Portugal perdia os documentos de sua autonomia moral, e ficava reduzido a um

simples território que mais facilmente se tornaria um anexo de Espanha”<sup>95</sup>.

A partir de 1879, Xavier da Veiga, incitado por essa notícia do incêndio na Torre do Tombo, iniciou a elaboração do que seria mais tarde as *Efemérides Mineiras*, publicadas em 1897. Dois anos antes, era criado o Arquivo Público Mineiro, pela lei n. 126 de 11 de julho de 1895, procedente de um projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dr. Levindo Ferreira Lopes. O objetivo deste capítulo é discutir como a criação do Arquivo Público Mineiro encarregou-se de um projeto de história regional de Minas Gerais a partir da República, bem como a história de Minas Gerais foi reconsiderada no interior da história do Brasil. Nesse momento, a história do Brasil teria que passar pela história de Minas Gerais. O pensamento que existia, no momento de criação do Arquivo Público Mineiro, era de um projeto de “nação” mineira. Com a queda da Monarquia e o nascimento da jovem República, uma situação há muito tempo desejada encontrava uma oportunidade de recuperar o tempo perdido.

Analisaremos aqui a Primeira Fase do Arquivo Público Mineiro, fase essa que se estende de 1896 a 1913, segundo a periodização defendida por

---

<sup>95</sup> José Pedro Xavier da Veiga. “Palavras Preliminares”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I. Fascículo I. Janeiro a Março. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896, p. I; “Prefácio”. In: *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998. (1897)

João Antônio de Paula<sup>96</sup>. Durante essa primeira fase, a figura de Xavier da Veiga foi fundamental e decisiva para a constituição da moderna historiografia em Minas Gerais . Na fundação do APM, quando este ainda não tinha lugar definido, as instalações iniciais foram alocadas na casa de Xavier da Veiga. Além do mais, o grande esforço demonstrado na produção das *Efemérides* e na constituição do Arquivo revela o quanto Xavier da Veiga se esforçou para fomentar a escrita da história em Minas Gerais no fim do século XIX. Mesmo depois de sua morte, em 1900 - ou seja, 5 anos após a criação do Arquivo - Xavier da Veiga seria por muito tempo lembrado como o grande regenerador da história de Minas.

Findo o período monárquico, as antigas províncias - a partir de então estados federativos - cuidaram cada uma de reorganizar sua história de modo que reforçasse a autonomia local que o novo regime permitia. A criação de museus, institutos históricos regionais e arquivos nesses estados podem ser entendidos como um crescente processo de monumentalização do passado e de sua resignificação, num intuito de oficializar o passado num cenário político onde cada estado concorria para a manutenção de um lugar privilegiado no novo regime político. É nesse sentido que podemos perceber a criação do

---

<sup>96</sup> João Antônio de Paula. “História revista e passada a limpo”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIII. Nº 1. Janeiro a Julho de 2007.

<sup>97</sup> Quando da apresentação do texto de João Antônio de Paula, cita acima, no VI Ciclo de Palestras do Arquivo Público Mineiro intitulado “Arquivo Público Mineiros; história e perspectiva”, o autor disse ao ouvintes de sua comunicação que a primeira fase do Arquivo foi a mais “moderna” no trato da história do que todas as que a sucederam.

Arquivo Público Mineiro e sua contribuição para o lugar de Minas Gerais nesse cenário. Insistimos até aqui na supressão das histórias locais durante o Império, devido ao crivo centralizador do modelo da história geral. Xavier da Veiga reclamou essa situação:

Vigente o Império, os Estados não poderiam progredir, ainda que bem o quisessem; porque não tinham autonomia, sendo sempre os presidentes da província filhos de outras, às vezes longínquas. Era um meio de que se valia o poder central para ter tudo fechado nas mãos<sup>98</sup>.

O primeiro diretor do Arquivo reclamou justamente daquilo que vem sendo discutido até aqui. A obsessão pela centralização, pela unidade territorial, pela fato de a legitimidade do trono ter sufocado as histórias particulares das províncias. Xavier da Veiga era sobrinho de Evaristo da Veiga, que criticou ferrenhamente D. Pedro I e contribuiu em grande medida para sua abdicação em 1831.

A nova situação política permitia a revalorização dos regionalismos e alterava profundamente as condições estruturais para a escrita da história de Minas. A partir dessa constatação, Xavier da Veiga nos diz que “descentralizada a vida nacional e despertos os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos”<sup>99</sup>. A autonomia era a palavra de ordem. E se Portugal recentemente tivera sua

---

<sup>98</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da; *apud* GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVI, v. I, p. 61, 1911.

<sup>99</sup> José Pedro Xavier da Veiga. “Palavras Preliminares”...p. II.

dignidade política e moral quase abalada por um incêndio que destruiria as condições materiais de reconstituição do seu passado, esse acontecimento assombrava Xavier da Veiga em sua preocupação com a restauração do passado de Minas Gerais. Se a organização do Arquivo deveria se dar de forma “séria e sistematicamente”, era porque em situação anterior os documentos históricos sobre Minas Gerais estavam espalhados em diversos locais e sujeitos às variadas condições de degradação, “amalgamados num verdadeiro labirinto sem fio condutor”<sup>100</sup>, nas palavras do próprio Xavier da Veiga.

O primeiro diretor do Arquivo tinha uma compreensão de época semelhante àquela proposta por Cunha Matos. Uma compreensão tradicional marcada pelo apoio da constituição historiográfica a partir da cronologia, tomando as épocas como simples marcos temporais. Apesar do nome de Cunha Matos não ser citado por Xavier da Veiga em suas publicações, ao que parece, o último empreendia um projeto historiográfico muito parecido com o daquele, principalmente se levarmos em consideração que um dos maiores objetivos a serem alcançados por Xavier da Veiga nos projetos do Arquivo era o levantamento de uma *Corografia Mineira*. Ao que nos parece, Xavier da Veiga também tinha uma compreensão moderna de época, com uma identidade e definições intrínsecas<sup>101</sup>,

As *Efemérides Mineiras* representam esse esforço de Xavier da Veiga, um esforço monumental em prol do levantamento cronológico acerca da

---

<sup>100</sup> Idem,

<sup>101</sup> Cf. Valdeci Araújo. *Ibidem supra cit*, p. 31.

história de Minas Gerais. O segundo passo para a constituição dessa história local de Minas Gerais se deu com a criação do Arquivo. O terceiro passo seria a escrita da história de Minas a partir do ponto de vista da própria *região*. Xavier da Veiga traçava então a metarranativa da história regional de Minas Gerais, “uma vez que estabelecia a mútua dependência entre o crescimento dos Estados no regime federativo e as condições para a escrita de sua história”<sup>102</sup>. A produção de um conhecimento do passado aceleraria o processo histórico, criando assim as condições e possibilidades para escrita de uma história local<sup>103</sup>. A equação seria a seguinte: ordenação cronológica, acumulação de documentos, escrita da história de Minas. Sabemos através de biógrafos de Xavier da Veiga que era intenção sua produzir uma história de Minas Gerais, porém, sua morte abortou esses planos, e mais tarde seriam em partes realizados por Diogo de Vasconcelos com a publicação de sua *História Antiga e Média de Minas Gerais*.

Xavier da Veiga reconhecia que a reunião de documentos sobre a história de Minas Gerais não seria uma tarefa fácil. A metáfora do labirinto nos possibilita pensar que existia uma compreensão objetificante e fechada da tarefa de resgatar o passado de Minas através da documentação, além de pressupor uma unidade histórica que preexistia, aguardando apenas quem a configurasse metodicamente.

---

<sup>102</sup> Bruno Franco Medeiros e Valdei Lopes de Araújo. Op. cit, p. 31.

<sup>103</sup> *Ibidem*.



Ao analisar a atuação do Arquivo Imperial no contexto do Império britânico, Thomas Richards analisou um fenômeno similar, demonstrando que houve, por parte de várias instituições britânicas como o *British Museum*, a *Real Geographical Society* e o *India Survey* no fim do século XIX, uma tentativa de produzir uma sensação de controle sobre o Império britânico. A utilização da metáfora do Arquivo nesse contexto era importante na medida em que era muito mais fácil unificar um Império a partir do conhecimento produzido no interior dessas instituições do que unificá-lo a partir do território<sup>104</sup>. A constituição do Arquivo Público Mineiro pode ser entendida a partir desse fenômeno. A impossibilidade de um real controle imediato, concernente à unificação empírica do território de Minas Gerais, era suprida pelo papel desempenhado pelo Arquivo: este cuidava da unificação tanto do território quanto da história, a partir da reunião metódica e sistemática de documentos e textos que pudessem conferir uma imagem total a esse novo sujeito histórico que surgia com a República. Uma das vantagens do Arquivo enquanto metáfora central desse projeto historiográfico é sua capacidade de lidar com grandes vazios e, ao mesmo tempo, reunir uma grande quantidade de informações disparatadas que isoladamente não constituiriam nenhum tipo de conhecimento ordenado, mas a partir de sua junção produzem a sensação de unidade histórica<sup>105</sup>. Essa situação ganha força no ano de 1896, com a publicação do primeiro número da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, uma

---

<sup>104</sup> Thomas Richards. *The Imperial Archive*. Knowledge and the fantasy of Empire. New York: Verso, 1993, p. 4.

<sup>105</sup> Bruno Medeiros e Valdeir Araujo. Op. Cit, p. 32.

publicação trimestral do Arquivo que tinha como objetivo publicar tanto artigos inéditos sobre a história, geografia, artes, literatura e política de Minas Gerais, como a transcrição de documentos considerados importantes para a constituição dessa história. Tanto o conteúdo da *Revista* quanto o projeto de constituição do Arquivo representavam uma das facetas de um tipo de conhecimento que surgia em fins do século XIX, quando a experiência do particular dentro das ciências humanas contribuía em grande medida para a possibilidade do conhecimento do passado, bem como o tipo de pesquisa histórica produzida a partir do surgimento do Arquivo Público Mineiro pode ser entendida como o resgate de uma tradição de pesquisa antiquária.

No final do século XIX surge no debate das ciências humanas um tipo de conhecimento baseado no particular, em detrimento do universalismo preponderante desde o início da Idade Moderna com o nascimento do paradigma científico galileano. Este novo tipo de conhecimento, apesar de ter seu nascimento datado de fins do século XIX, tem suas raízes fincadas em épocas bem anteriores, quando o racionalismo moderno ainda não tinha influenciado as formas de conhecimento e de relação entre o homem e o

próprio mundo<sup>106</sup>. Esse modelo epistemológico reforça o particular, a semiótica, o indício como elemento que pode falar sobre o real, e em partes, justifica um processo hermenêutico em prol da liberação do conhecimento do passado.

Ao mesmo tempo, o nascimento das ciências sociais como a sociologia e a antropologia representou o fim da pesquisa antiquária justamente porque essas disciplinas adotaram, em grande medida, o aparato metodológico desse tipo de pesquisa. A pesquisa antiquária é basicamente caracterizada por um tipo de observação empírica em contraposição à filosofia dogmática<sup>107</sup>. Ao menos essa foi a postura adotada pelos pirronistas no século XVII, num período antecedido pela *Querela dos Antigos e Modernos*, quando os antiquários contrapunham a pesquisa antiquária a partir da observação empírica às narrativas antigas eivadas de erros e falsidades<sup>108</sup>.

Segundo Arnaldo Momigliano, os antiquários tinham como objeto de estudo fatos disparatados e obscuros, justamente porque o objetivo desse tipo de pesquisa era desvendar essa obscuridade que envolvia o passado de épocas remotas. Porém, por trás desses fatos e objetos individuais, que de certa forma aparentavam um não-relacionamento entre si, estava a Antiguidade ciosa de ser reconquistada através de sua reconstituição material. A realização de todo antiquário era efetivada quando este acreditava que acrescentaria alguma coisa

---

<sup>106</sup> Carlo Ginzburg. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais. História e Morfologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. ?

<sup>107</sup> Arnaldo Momigliano. “O surgimento da pesquisa antiquária”. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004, p. 88.

<sup>108</sup> Carlo Ginzburg. “*Ekphrasis* e Citação”. In: *A mirco-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

a essa imagem da Antiguidade. O mais importante a ser destacado aqui é que todo esse levantamento de material sobre a Antiguidade, que coexistiam no tempo presente, porém espalhados pelo mundo afora, eram colecionados e separados sob uma perspectiva de um levantamento geral futuro, onde moedas e inscrições eram consideradas como importantes evidências de comprovação de existências passadas<sup>109</sup>. Quando da fundação do Arquivo Público Mineiro, cogitou-se a criação de um Museu Mineiro, onde seriam colecionados vários objetos e materiais que constituiriam uma memória do passado mineiro. Devido à falta de um espaço físico para comportar o acervo do Museu, ficaria reservado um lugar nas dependências do Arquivo Público Mineiro para a guarda de tais materiais. A instituição só teria sua situação consolidada em 1910, quando a sede do Arquivo já tinha sofrido transferência para a nova Capital do Estado, Belo Horizonte. A partir daí, o Museu Mineiro tornou-se responsável pelas seções de História Natural, Etnografia e Antiguidades históricas, reunindo um grande acervo que cobria o período as três épocas históricas de Minas Gerais: capitania, província e estado<sup>110</sup>.

A invenção da história política em Tucídides fez com que a pesquisa antiquária se desenvolvesse fora dos grandes círculos intelectuais na Antiguidade. Heródoto, em grande medida, abarcava nas suas histórias a maioria dos temas que mais tarde seriam perseguidos por eruditos e antiquários. Dessas duas tradições, que percorreriam durante muito tempo a

---

<sup>109</sup> Idem, p. 90.

<sup>110</sup> Estas informações sobre o Museu Mineiro foram retiradas do site da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais: <http://www.cultura.mg.gov.br>

historiografia ocidental, a influência tucidideana foi a que mais influenciou os historiadores. A partir dessa escolha, os historiadores pós-Tucídides transformaram as narrativas históricas em narrações de eventos políticos que os próprios historiadores haviam presenciado. A maior parte dos historiadores que vieram depois de Tucídides adequaram-se a esse tipo de escrita da história<sup>111</sup>.

A história local, a genealogia, a cronologia, o estudo de leis antigas e cerimônias, a toponímia desenvolveu-se fora de uma tendência geral da historiografia, apesar de se preocuparem com a fixação de elementos em seu devido lugar no passado. Momigliano nos diz que a caracterização negativa sofrida pela pesquisa antiquária deveu-se, de certa forma, ao fato de nela estar ausente um interesse primordial pela história política, por sua indiferença pelas questões do tempo presente e por uma falta de qualidade retórica. Em contrapartida, sua qualificação positiva era designada a partir do interesses dos antiquários pelos detalhes minuciosos do passado, por um patriotismo local não disfarçado, pela curiosidade por eventos incomuns - pela ostentação da erudição em si mesma<sup>112</sup>.

Na historiografia que se desenvolveu oficialmente, a cronologia era uma forma de ordenação desse tipo de estudo. A narrativa histórica depende em grande medida do fator tempo, da sucessão dos acontecimentos. A pesquisa antiquária, ao contrário, abandonou a cronologia em prol da

---

<sup>111</sup> Idem, p. 92.

<sup>112</sup> Idem, p. 94.

descrição sistemática. É claro que os antiquários não se opunham ao estabelecimento de uma cronologia, utilizando-a quando necessário. Momigliano nos diz que a forma mais fácil de escrever a respeito de um tema antiquário, como a história local, por exemplo, era fazê-lo em ordem cronológica<sup>113</sup>. Isso inclui em grande medida as *Efemérides* de Xavier da Veiga no interior da tradição antiquária, a partir do estabelecimento de uma cronologia para a composição de uma história local. Vale ressaltar que, a maioria das corografias (das quais falaremos mais adiante) publicadas na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em sua primeira fase traziam uma cronologia no início do trabalho, antes do início da análise sistemática do lugar. Vale lembrar também que a *periegesis*, o velho tipo de descrição geográfica, serviu aos antiquários a partir do momento em que os ajudava no estudo sistemático dos monumentos<sup>114</sup>.

O antiquariato foi entendido por Momigliano como um tipo de renascimento das antigas formas de vida que ajudaram e muito as nações a adquirirem autoconfiança e a redescobrir suas antigas tradições. Em grande medida, o descrédito sofrido pelas histórias particulares durante o século XIX no Brasil pode ser entendido a partir das duas propostas em jogo já citadas acima: a de Cunha Matos e a de Cunha Barbosa. Se o primeiro propunha um tipo de estudo sistemático e particular da história do Brasil, dizendo ser impossível escrever a história geral do Brasil àquele momento, sabemos que a

---

<sup>113</sup> Idem, p. 94-5.

<sup>114</sup> Idem, p. 101.

proposta do Cônego Januário da Cunha Barbosa ganhou grande destaque e interesse no cenário intelectual brasileiro, a partir do momento em que o este autor pretendia a escrita da história do Brasil a partir de uma filosofia da história. A proposta do Cônego se aproxima do ataque dos Enciclopedistas, e mesmo dos Iluministas de um modo geral, quando se voltavam contra o perfil particular dos estudos antiquários, dizendo que o particular não teria possibilidade de desvendar as generalizações correspondentes ao anseio da filosofia deste século<sup>115</sup>.

Segundo Momigliano, os historiadores da Antiguidade rara vez iam a arquivos e mais raro ainda era a citação de documentos que ali tinha encontrado. Eram os eruditos, os filólogos que fizeram da coleta documental o seu negócio<sup>116</sup>. Uma continuidade existente da pesquisa antiquária no projeto historiográfico do Arquivo Público Mineiro foi a importância dos documentos na constituição de uma história local, como podemos perceber nas palavras de Xavier da Veiga:

Sem eles [os documentos] - obscurecida ou deturpada a verdade dos fatos à feição dos interesses e das paixões, eliminadas as fontes de que emanam para a História a própria origem e a austeridade fecunda de seus conceitos - não raro carecia o investigador sincero ser iluminado, o que só alcançam gênios privilegiados, dessa “intuição quase profética

---

<sup>115</sup> Idem, p. 112.

<sup>116</sup> Idem, p. 101.

do passado, intuição às vezes mais dificultosa que a do futuro", na frase profunda do ilustre Alexandre Herculano<sup>117</sup>.

Através da ênfase na vasta documentação que já vinha sendo coletada e naquela que se esperava encontrar, Xavier da Veiga focava quase toda a possibilidade de restauração do passado. Essa idéia é reforçada pela citação de um autor francês no prefácio das *Efemérides* - Seignobos. Este autor, junto a Langlois, encabeçou a escola histórica francesa posteriormente chamada de Escola Metódica. Num capítulo de uma obra conjunta dos dois autores vemos assim caracterizada a importância do documento para o ofício do historiador:

A história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis e estes quando se produzem, raramente perduram: basta um acidente para os apagar. *Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há história*<sup>118</sup>.

A infeliz constatação dos autores de que *não existe história sem documentos* deve ter sido uma das idéias que guiaram a constituição de um projeto historiográfico em Minas Gerais a partir de Xavier da Veiga. Isso porém pode ser atribuído à sensação da aceleração do tempo vivida pela geração de intelectuais brasileiros a partir da década de 1870, e que pode ser percebida na obsessão pela escrita de memórias e recordações de cunho

---

<sup>117</sup> José Pedro Xavier da Veiga. "Palavras Preliminares" ... p. III.

<sup>118</sup> Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944, p. 15.



etnográfico<sup>119</sup>. Esta situação também pode ser percebida no projeto do APM, através de um desejo de resgate do passado. Este passado se fazia urgente, bem como sua lembrança:

[...] a ingratidão cedo tornou a muitos esquecidos; injustiça ainda maior, explicável aliás pela ignorância dos que a praticam, faz de inúmeros outros desconhecidos; [...] o autor deste livro [*as Efemérides mineiras*], escrito com a verdade e o coração, penetra respeitoso no cemitério do passado mineiro<sup>120</sup>.

Respeitoso com relação ao passado de Minas Gerais, com seus homens e fatos, Xavier da Veiga demonstrou ainda um grande apego a esse passado quando da discussão acerca da mudança da capital de Minas Gerais. O diretor do Arquivo se mostrava extremamente contrário à idéia da mudança da capital da cidade de Ouro Preto para qualquer outro lugar do estado, pois ali estariam as raízes históricas de Minas Gerais e o palco de vários acontecimentos importantes que representaram em certa medida um eterno desejo de liberdade. Abandonar Ouro Preto seria abandonar as tradições históricas de Minas - seria abandonar o passado em prol de um afã obsessivo pelo progresso. Num artigo escrito para *A Ordem*, periódico fundado e redigido pelo próprio Xavier da Veiga, em 30 de abril de 1891, podemos perceber o quanto a mudança da capital representava para Xavier da Veiga uma grande ameaça para a história de Minas Gerais:

---

<sup>119</sup> Bruno Medeiros e Valdeir Araújo. Op. Cit, p. 33.

<sup>120</sup> José Pedro Xavier da Veiga. *Efemérides Mineiras*...p. 50.

Não comentarei semelhante indiferença ou tácito contentamento, ante a perspectiva de uma ruína colossal, pelos avultadíssimos valores de súbito destruídos e pelas preciosas tradições relativamente aniquiladas, tradições veneráveis, sempre respeitadas no Império e que, na República, de culto ainda mais fervoroso são dignas. Parece que na lamentável aberração, até a página gloriosa da Inconfidência ficou apagada e com ela a lembrança imorredoura dos primeiros mártires da liberdade nacional<sup>121</sup>.

Vimos em capítulo anterior o quanto a geografia serviu para o levantamento de uma unidade territorial durante o Império e a existência de uma tradição que recuperava as histórias particulares, que poderíamos definir como *corografias*. Dentre as histórias particulares propostas durante a segunda metade do século XIX, como a história natural, eclesiástica, literária, militar, a corografia foi talvez a mais cultivada. Já dissemos da ligação da escrita corográfica com a pesquisa antiquária.

No século XVII, na introdução à sua *Geographia Generalis*, datada de 1650 em Amsterdã, Bernardo Varenius cuidava de dividir a geografia em duas classificações, segundo uma tradição geográfica clássica, ao dizer que a Geografia Geral ou Universal é aquela que considera a Terra em seu conjunto sem levar em consideração suas particularidades constituintes, enquanto a

---

<sup>121</sup> Idem.

Geografia Particular ou Especial seria o estudo atento de cada uma dessas particularidades. Esse último tipo de Geografia poderia ser dividido em *corografia e topografia*<sup>122</sup>. Essa mesma definição seria utilizada posteriormente pelo erudito Rafael Bluteau na sua definição do verbete *Corografia* incluída no *Vocabulário Portuguez e Latino* no século XVIII. Essa definição para o termo corografia permaneceria praticamente inalterável durante o século XIX. Porém, a estabilidade que permeou o significado do termo esconde as profundas transformações no gênero, a partir do momento em que ele teve que adaptar-se aos diversos paradigmas do conhecimento<sup>123</sup>.

No Brasil, a forma corográfica representou uma possibilidade para enfrentar a dispersão real e simbólica do território. Sendo impossível ao Império Português totalizar a experiência da América Portuguesa em torno de uma imagem universal efetiva, o formato literário, gerado a partir dessa situação, era fragmentado e inconcluso<sup>124</sup>. A corografia associou-se ao memorialismo para a produção de um conhecimento do território na América portuguesa alimentada pela metáfora do mosaico. Se a experiência do passado se apresentava sob a forma de uma variedade de histórias, o espaço também deveria ser pensando a partir dessas unidades fragmentadas. Dentro

---

<sup>122</sup> VARENIUS [1650]. *Geografia General* (en la que se explican las propiedades generales de la Tierra), Edición y estudio preliminar de Horacio Capei. Tradução de Márcia Siqueira de Carvalho, Ediciones de la Universidad de Barcelona, 1980. Grifo nosso,

Fonte: <http://www.geocities.com/pensamentobr/varenius.html>

<sup>123</sup> Bruno Medeiros e Valdeci Araújo. Op. Cit.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> István Jancsó e João Paulo Pimenta. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: Carlos Guilherme Mota. (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-176.

do contexto intelectual e historiográfico do universo português, esses diversos relatos de lugares esparsos e fragmentados escritos por diferentes autores poderiam ser totalizados em algum momento futuro. Também não se poderia pensar o contrário: é justamente a justificativa de uma junção e do conhecimento total desse território num futuro muito próximo é que justificava a própria noção de Império. Esse tipo de pensamento estava presente na constituição das academias ilustradas setecentistas, principalmente a Academia Real de História em Portugal e na Academia Brasílica dos Esquecidos e Renascidos. Não seria um dos objetivos principais dessas instituições, principalmente da última, repensar a regionalidade do território americano no interior do Império Português<sup>126</sup>? Um dos resultados deste trabalho pode ser percebido a partir da publicação na década de 1730 da *História da América Portuguesa*, do acadêmico baiano Sebastião da Rocha Pita.

Sobre a relação entre história e geografia e das possibilidades de existência de um conhecimento particular das províncias no Brasil já falamos em um capítulo anterior. Passemos agora a explicar como a corografia, enquanto um elemento ordenador de um espaço imaginado, atuou na constituição do projeto historiográfico em Minas Gerais no final do século XIX.

O projeto da *corografia mineira* ganhou fôlego com a criação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1896. Porém, em 1890, foi criada em

---

<sup>126</sup> Iris Kantor. *Op. Cit.*

Ouro Preto a *Sociedade de Geografia Econômica*, que em grande medida cuidava do processo de modernização do Estado naquele momento. Um dos fundadores dessa sociedade fora Xavier da Veiga. No ano de sua fundação, Xavier da Veiga enviara para cada município um questionário que deveria ser respondido e remetido novamente para a capital do estado para que se pudesse constituir um livro que tornasse melhor conhecido seu vasto interior. Esse questionário fora posteriormente publicado no primeiro fascículo da Revista do APM, na abertura da publicação da primeira corografia impressa, uma descrição do município de São Domingos do Prata. Dentre todas as seções da Revista, a corografia, junto com biografia, foi uma das mais frequentes na primeira fase da Revista do Arquivo. .

Entre caminhos e fronteiras teve início em Minas Gerais nesse período o que poderíamos entender como uma tentativa de constituição identitária do território a partir do levantamento exaustivo de materiais coletados a partir dos municípios do interior do estado. Mapeando o local, ou seja - o município -esse processo originava a criação de redes imaginárias (e não somente imaginárias) que acabam conferindo ao nascente estado uma configuração cartográfica de sua regionalidade face aos outros estados brasileiros, em vista de uma configuração histórico-geográfica maior - o Brasil. Chamamos a atenção também para os conflitos territoriais existentes ainda nessa época, uma questão de indefinição de fronteiras. Em 1897, Xavier da Veiga fora

encarregado de discutir as fronteiras entre o estado de Minas e o Espírito Santo.

A figura do corógrafo deve ser vislumbrada também neste capítulo, a partir do momento em que seu perfil é estabelecido a partir da tradição de viajantes naturalistas que caminharam pelo Brasil durante o século XIX. A descrição afetiva do território confluía na corografia mineira aspectos vetados pelo decoro da grande tradição historiográfica nacional: o derramamento da subjetividade nas descrições das paisagens, bem como a dramatização de personagens históricos<sup>127</sup>.

Não só uma função estética regulava essa descrição corográfica, mas também, uma função científica insistia em medir e classificar racionalmente a natureza observada. Porém, nem sempre essa racionalização da natureza esgotava a narrativa corográfica, sendo preciso recorrer àquele subjetivismo para preencher as lacunas que a ciência não dava conta de descrever.

O desejo de mapear o lugar com classificações, demarcação de pontos de fundação, coloração na descrição da paisagem são marcas fortemente impressas na retratação dos lugares. Por meio de uma abundante descrição, procurava-se produzir no leitor um efeito de real<sup>128</sup>, ao invés da simples seriação daquilo que era apreendido pelas lentes do corógrafo.

---

<sup>127</sup> Luiz Costa Lima. *O controle do Imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Flora Sílsskind. Op. Cit.

<sup>128</sup> Roland Barthes. "O efeito de real". In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

## CONCLUSÃO

Segundo Valdeci Araújo, vários instrumentos conceituais estavam disponíveis para a constituição de uma história do Brasil na primeira metade do século XIX. Apesar dessa disponibilidade, os letrados do IHGB estavam longe de um entendimento dessa história enquanto um processo orgânico, acumulativo e progressivo. O autor chama a atenção para o conceito de evolução como decisivo para se pensar a história a partir de uma compreensão acumulativa e linear da história das civilizações. Seria justamente a inexistência do conceito histórico de evolução no cenário intelectual brasileiro nesse período que tornou a escrita da história uma operação ambígua e complexa, sendo impossível juntar presente, passado e futuro em uma concepção linear que justificasse uma continuidade, sem revoluções .

Ao que parece, na constituição do Arquivo Público Mineiro em 1895, esse tipo de experiência do tempo parecia estar presente, e, em grande parte, o surgimento da República parece explicar parcialmente esse entendimento. Poderíamos entender a obsessão de constituir a história de Minas Gerais a partir dos movimentos nativistas do século XVIII e XIX como uma filosofia da história presente na constituição do projeto historiográfico sobre Minas Gerais. Esses movimentos nativistas seriam Inconfidências permanentes.

Xavier da Veiga, ao justificar o passado colonial e seu peso para a constituição da história de Minas Gerais, optou pela continuidade do elemento

---

<sup>129</sup> Valdeci Araújo. *A experiência do tempo...*p. 200-202.

português na formação do povo brasileiro, ao parafrasear as palavras do visconde de Araguaia:

*Não somos nós os netos de Albuquerque,  
Raça de lusos?*<sup>130</sup>

Após longo tempo suprimida, chegava a hora de vir à tona a história de Minas Gerais. Se o Arquivo Público Mineiro cuidou do resgate do passado da capitania e da província, a inexistência de um grupo seletivo de intelectuais foi suprida com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em 1907. Como percebemos, o Arquivo foi a única instituição que permaneceu, apesar de algumas variações, no cenário historiográfico mineiro. A falência do Instituto Histórico na promoção da historiografia mineira pode ser justificada pela criação das universidades na década de 1930, quando a produção intelectual se desloca desses grêmios para os institutos de ciências humanas.

O regionalismo mineiro pode ser percebido durante muito tempo no âmbito da política nacional. A preocupação com esse regionalismo necessariamente tem que passar pela "eterna" rememoração do passado, principalmente pelo evento que marcou a malograda Inconfidência.

Apesar de hoje a questão das fronteiras no país já estar estabelecida, houve um tempo em que a ausência de uma definição territorial e as revoltas realizados na América Portuguesa tiravam o sono dos governantes portugueses, a ponto de Francisco Iglesias, em uma tese clássica, dizer que a

---

<sup>130</sup> José Pedro Xavier da Veiga. *Efemérides Mineiras...*p. 51.



partir da descoberta de ouro na região das Minas, o Estado começou efetivamente a impor seu poder sobre o Brasil.

Tudo isso parece muito distante e intocável, tendo em vista o panorama da historiografia brasileira atual. Apesar disso, essas polêmicas sobre a história geral e particular estão ainda longe de serem esgotadas, esperando em Arquivos, Bibliotecas e Museus, seja de qual lugar for, historiadores que venham, como disse Heródoto, retirar do esquecimento os fatos e acontecimentos que fizeram esses homens do passado. Assim se faz a história. O fato de a historiografia sobre Minas Gerais ser considerada subterrânea e ter sido suprimida durante o Império não necessariamente justifica o seu esquecimento. O acúmulo de ausência não gera o esquecimento.

## Bibliografia

## Livros citados e/ou consultados

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1993.

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos*. São Paulo: Hucitec, 2002.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Pós Graduação em História da PUC-Rio em 2003.

\_\_\_\_\_. & MEDEIROS, Bruno Franco. “A história de Minas como história do Brasil”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIII, nº 1, janeiro a julho de 2007.

\_\_\_\_\_. O Tribuno do Povo e a Estátua do Herói: Breve estudo sobre as tradições políticas atuantes na Corte durante o Segundo Reinado. *Revista Dia-logos*, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, p. 132-157, 1998.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Artes de Belo Horizonte, s/d

BARTHES, Roland. “O efeito de real”. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas - 1821-1822. São Paulo: Hucitec, 1999.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

\_\_\_\_\_. O Brasil na historiografia romântica inglesa. Um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXI. São Paulo, pp. 7-108, 1967.

\_\_\_\_\_.”Aspectos da Ilustração no Brasil. Revista do *IHGB*, Rio de Janeiro, v. 278, pp. 115-170, 1968.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica*. Memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Estudo Crítico. Rapsódia para um bacharel”. In: *Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo o ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciado”. In: *Mitos, emblemas e sinais. História e Morfologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002,

\_\_\_\_\_. “*Ekphrasis* e Citação”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GUERRA, François-Xavier. “Las mutaciones de la identidad em Ia América Hispânica”. In: François-Xavier Guerra y Antonio Annino (coord). *Inventando Ia nación*. Iberoamérica. Siglo XX. México: Fondo de Cultura Econômica, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro, RIHGB, 156 (388), 459-613, jul.set, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: Sandra Jatahy Pesavento (org.).

*História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

\_\_\_\_\_. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de Modernidade”. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HARTOG, François. *Regimes d' Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

HEIDEGGER, Martin Heidegger. “A questão da técnica”. In: *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2006

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial - sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação*. Tomo II. 1º Volume. São Paulo: Difel, 1970.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec-Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

\_\_\_\_\_. e João Paulo Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota. (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*, Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LANGLOIS, Charles-Victor e Charles Seignobos. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do Imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.

MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “O surgimento da pesquisa antiquária”. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

PAULA, João Antônio de. “História revista e passada a limpo”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIII. Nº1. Janeiro a Julho de 2007.

PIMENTA, João Paulo Garrido. “O ‘mito das origens’ nas historiografias argentina, uruguaia e brasileira: nação e território”. In: *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

RICHARDS, Thomas. *The Imperial Archive. Knowledge and the fantasy of Empire*. New York: Verso, 1993

RICOEUR, Paul. *L'histoire, l'mémoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo; Brasília: Editora Nacional; INL, 1979; *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: CEN, 1978.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise. Rio de Janeiro: 1808-1824*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHELIN, Arno. “Historicismo e a Concepção de História nas Origens do IHGB”. In: *Origens do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989; *A Invenção da História*. Rio de Janeiro Niterói: Gama Filho/EDUFF, 1994.

WHITE, Hayden. “O Fardo da História”. In: *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

## Fontes impressas

BEAUCHAMP, M. Alphonse de. *Histoire du Brésil Depuis sa découverte en 1500 jusq' en 1810*. Paris: Alexis Eymery, 1815.

Bulletin de la Société de Géographie. Aout et Septembre 1857. Mémoires, etc. *Considérations Géographiques sur l' Histoire du Brésil*. Examen critique d'une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais a Madrid par M. François-Adolphe de Varnhagen. Charge d'affaires du Brésil en Espagne, rapport fait a la Société de Géographie de Paris, dans ses séances des 1<sup>o</sup> mai, 15 mai et 3 juin 1857, Par M. D'Avezac.

LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, dedicada ao Senhor D. Pedro I. Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Nacional, 1826.

ROMERO, Sílvio. “Diversas manifestações na Prosa – História”. In: *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Joaquim Felício dos Santos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. (1868)

PONTES, Rodrigo de Souza da. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil?. RIHGB. N<sup>o</sup> 10. Julho de 1841

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873,

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. (1854)

VEIGA, José Pedro Xavier da; *apud* GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVI, v. I.

\_\_\_\_\_. “Palavras Preliminares”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I. Fascículo I. Janeiro a Março. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896.

---

*Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998. (1897)

*Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1896-1913.